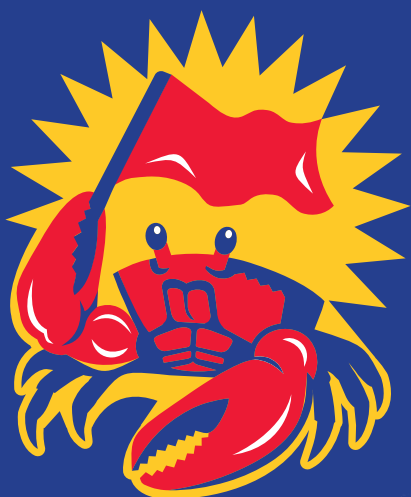


Jones DEPUTADO FEDERAL
MANOEL 5050

A GENTE LÁ PARA REVOLUCIONAR!



PROGRAMA DE MANDATÔ



SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO	5
PANORAMA GERAL	6
CONTEXTO	
OBJETIVO PRINCIPAL	
ESTRUTURA E PRINCÍPIOS DO PROGRAMA	
FORMAS DE ATUAÇÃO DO DEPUTADO FEDERAL	
EIXOS E POLÍTICAS DEFENDIDAS	
1 DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA E COMBATE À EXPLORAÇÃO CAPITALISTA	10
FIM DA ESCALA 6XI, REDUÇÃO DA JORNADA E DIREITO AO TEMPO DE VIDA	
ENFRENTAMENTO À PEJOTIZAÇÃO, À UBERIZAÇÃO E ÀS FORMAS PRECÁRIAS DE CONTRATAÇÃO	
COMBATE À TERCEIRIZAÇÃO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO	
VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E EXTINÇÃO DO ASSÉDIO	
INCLUSÃO DA CLASSE TRABALHADORA, COTAS CONTRA O ETARISMO E GARANTIA DO PRIMEIRO EMPREGO	
REVOGAÇÃO DO ENTULHO ANTI TRABALHISTA E REGULAÇÃO DO TRABALHO AOS DOMINGOS	
2 MOBILIDADE POPULAR E TRANSPORTE PÚBLICO	14
FUNDO NACIONAL DA TARIFA ZERO E PASSE LIVRE UNIVERSAL: TRANSPORTE É DIREITO, NÃO MERCADORIA	
ESTATIZAÇÃO INTEGRAL DO SISTEMA METROFERROVIÁRIO (CBTU - METRÔ DO RECIFE), RECONSTRUÇÃO PÚBLICA E APOIO À INDÚSTRIA NACIONAL	
ACESSIBILIDADE UNIVERSAL SEM BARREIRA: RESPEITO, AUTONOMIA E COMBATE AO CAPACITISMO NO TRANSPORTE	
QUEBRA DOS MONOPÓLIOS INTERMUNICIPAIS NO AGRESTE E SERTÃO, TETO TARIFÁRIO E PASSE LIVRE SOCIAL	
TRENS REGIONAIS, FAIXAS EXCLUSIVAS, MALHA CICLOVIÁRIA E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA POPULAR	
3 EDUCAÇÃO PÚBLICA E UNIVERSIDADES: do ensino básico ao superior	17
ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS	
EM DEFESA DA AUTONOMIA E DO FINANCIAMENTO REAL DAS UNIVERSIDADES	
EXPANSÃO, INTERIORIZAÇÃO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: TRANSPORTE, MORADIA E VAGAS PÚBLICAS	
PELA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE POPULAR: CIÊNCIA E CONHECIMENTO A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA	
PELO FIM DO ENSINO MERCANTILIZADO: VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS	

4 SAÚDE PÚBLICA E DEFESA DO SUS

22

EXPULSÃO DAS OSS, ESTATIZAÇÃO E FIM DA TERCEIRIZAÇÃO NA SAÚDE
FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E CRIAÇÃO DA CARREIRA DO CUIDADO
AUTONOMIA DO CORPO, DIREITOS REPRODUTIVOS E SAÚDE TRANS
SOBERANIA FARMACÊUTICA, FORTALECIMENTO DO LAFEPE E CANNABIS MEDICINAL PÚBLICA
SAÚDE MENTAL, ANTIPROIBICIONISMO E REDUÇÃO DE DANOS
LUTA ANTICAPACITISTA, ACESSIBILIDADE E CUIDADO INTEGRAL

5 MORADIA, URBANISMO E DIREITO À CIDADE

26

ENQUADRAMENTO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA, FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E EXPROPRIAÇÃO DO SOLO URBANO
FIM DO SUBSÍDIO ÀS EMPREITEIRAS, CONSTRUÇÃO ESTATAL DIRETA E PARQUE PÚBLICO HABITACIONAL
MORADIA DIGNA NO CENTRO DO GRANDE RECIFE, REATIVAÇÃO FERROVIÁRIA E INTEGRAÇÃO URBANA
URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS, PREVENÇÃO DE DESASTRES E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA POPULAR
ACESSIBILIDADE UNIVERSAL ANTICAPACITISTA E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA POPULAR

6 SEGURANÇA PÚBLICA, ANTIRRACISMO E COMBATE À VIOLÊNCIA POLICIAL

30

DESMILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA, FIM DOS AUTOS DE RESISTÊNCIA E CONTROLE POPULAR DA POLÍCIA
FIM DO MODELO DE "GUERRA ÀS DROGAS", DESENCARCERAMENTO DA JUVENTUDE NEGRA E DE MULHERES
FORTELECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DAS MULHERES: DEAMS 24H E DPCAS NO INTERIOR
DESENCARCERAMENTO SEM PRIVATIZAÇÃO, FIM DA CARCERAGEM-EMPRESA E JUSTIÇA RESTAURATIVA
DESMEDICALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIAS DE SAÚDE MENTAL E ATENDIMENTO HUMANIZADO
URBANISMO VIVO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, JUVENTUDE E PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA
ASFIXIA FINANCEIRA DE FACÇÕES, COMBATE ÀS MILÍCIAS E FIM DA GUERRA CONTRA OS POBRES

7 SOBERANIA NACIONAL E DEFESA DAS RIQUEZAS DO POVO

34

REESTATIZAÇÃO DOS SETORES ESTRATÉGICOS, FIM DAS PRIVATIZAÇÕES E CONTROLE OPERÁRIO
SOBERANIA MINERAL, PROTEÇÃO DAS TERRAS RARAS E FUNDO SOBERANO DE TRANSIÇÃO ECOLÓGICA ENERGÉTICA
FORTELECIMENTO DO POLO INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO, DA SUAPE E DA REFINARIA ABREU E LIMA
SOBERANIA FARMACÊUTICA E REESTRUTURAÇÃO PÚBLICA DO LAFEPE COM RECURSOS FEDERAIS
SOBERANIA DIGITAL, PROTEÇÃO DE DADOS E INFRAESTRUTURA PÚBLICA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
FIM DA AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL, ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DO CRÉDITO E UMA POLÍTICA MONETÁRIA A SERVIÇO DA SOBERANIA NACIONAL

8 DEFESA NACIONAL E QUESTÃO MILITAR _____ **38**

A BOMBA ATÔMICA BRASILEIRA
O PAPEL DO MINISTÉRIO DA DEFESA E DOS COMANDOS DE FORÇA
NECESSIDADES E DEMANDAS DA DEFESA NACIONAL NO MEIO CIVIL
REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

9 DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES E COMBATE À MISOGINIA _____ **43**

PROTEÇÃO DA VIDA E COMBATE INFLEXÍVEL À VIOLÊNCIA MACHISTA
DEFESA DA VIDA NO SUS, SAÚDE REPRODUTIVA E AUTONOMIA SOBRE O CORPO
DIGNIDADE MENSTRUAL, SAÚDE ANTIMONOPOLISTA E PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE
PRESERVAÇÃO DA VIDA NO TRABALHO: SOCIALIZAÇÃO DO CUIDADO E DIREITOS MATERNAIS
ENFRENTAMENTO À MISOGINIA DIGITAL E ASSISTÊNCIA JURÍDICA POPULAR EM DEFESA DA VIDA

10 COMBATE AO RACISMO, JUSTIÇA RACIAL E DEFESA DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS _____ **47**

DEMARCAÇÃO JÁ, FIM DO MARCO TEMPORAL E PROTEÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E TITULAÇÃO MASSIVA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS
VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA E INDÍGENA, FESTIVAL ESTADUAL E SALVAGUARDA IMATERIAL
EDUCAÇÃO DIFERENCIADA, SAÚDE INDÍGENA (SESAI) E CUMPRIMENTO DAS LEIS No 10.639/03 E No 11.645/08
TOLERÂNCIA ZERO AO RACISMO INSTITUCIONAL E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE ESTADO
LIBERDADE DE CRENÇA PARA O POVO: COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO E DEFESA DO ESTADO LAICO

11 DEFESA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ _____ **52**

SAÚDE INTEGRAL, DESCENTRALIZADA E ACESSO UNIVERSAL AO SUS
EMPREGABILIDADE DIGNA, COMBATE À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA INSTITUCIONAL, REGISTRO DE DADOS E SEGURANÇA PÚBLICA
MORADIA DIGNA, ACOLHIMENTO POPULAR E COMBATE À EXPULSÃO FAMILIAR
EDUCAÇÃO INCLUSIVA, RESPEITO À IDENTIDADE DE GÊNERO E DIGNIDADE ESCOLAR
CULTURA, PRODUÇÃO CULTURAL E TRABALHO ARTÍSTICO LGBTQIA+

12 REFORMA AGRÁRIA, COMBATE À GRILAGEM E À VIOLÊNCIA NO CAMPO _____ **57**

REFORMA AGRÁRIA E FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA
COMBATE À GRILAGEM DE TERRAS
COMBATE À VIOLÊNCIA E AO TRABALHO ESCRAVO NO CAMPO
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA CAMPONESA

13 QUESTÃO AMBIENTAL E O ENFRENTAMENTO À CRISE CLIMÁTICA _____ **61**

DESMATAMENTO, AGRONEGÓCIO E ENERGIA
IMPACTOS E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

14 DEFESA DOS ANIMAIS E SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA _____ **64**

SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA, "SUS ANIMAL" E CONTROLE POPULACIONAL
VALORIZAÇÃO DO TRABALHO VETERINÁRIO E COMBATE À MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE ANIMAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ **67**



APRESENTAÇÃO

A formulação deste Programa de Mandato Parlamentar para o quadriênio 2027–2030 não nasceu de acordos de bastidores com as oligarquias locais. Ele foi construído coletivamente no diálogo direto, ouvindo as trabalhadoras e os trabalhadores nas ruas, nas feiras, nos ônibus, nas salas de aula das universidades sucateadas e nas plenárias de base no Sertão, no Agreste, na Zona da Mata e no Grande Recife. Portanto, este documento sintetiza o acúmulo das nossas lutas e se consolida como uma ferramenta viva de agitação, propaganda e intervenção na luta de classes, recusando as ilusões estritamente institucionais e o avanço do neoliberalismo.

As diretrizes e eixos prioritários aqui pactuados abrangem desde a revogação das contrarreformas até o fim da escala 6x1 com jornada máxima de 30 horas, passando pela gratuidade do transporte com a Tarifa Zero e a estatização do Metrô do Recife, além da defesa intransigente do SUS 100% estatal e sem OSs.

Somam-se a isso a reconstrução e a autonomia das universidades públicas, bem como a execução radical da reforma agrária, do desencarceramento, da justiça racial, dos direitos das mulheres, da população negra e LGBTQIA+ e da transição ecológica popular, pautas que não configuram concessões negociáveis com a burguesia.

Não vamos a Brasília para “humanizar” a máquina estatal burguesa, mas para atuar com rigor tático: transformaremos a tribuna e o mandato em uma trincheira

avançada de denúncia, combate e apoio às lutas populares. Reafirmamos que a verdadeira transformação social e a superação da ordem do capital não emanam das trocas da política tradicional nem dos arranjos institucionais, mas sim da auto-organização, da consciência de classe e da força direta das massas mobilizadas. O exercício do mandato parlamentar na Câmara dos Deputados estará rigorosamente subordinado às dinâmicas da luta de classes extraparlamentar nos territórios, nos locais de trabalho, nas ocupações e nas comunidades pernambucanas.

Este programa é um convite vivo à luta. Convocamos a classe trabalhadora de Pernambuco a tomar este documento em suas mãos, convertendo cada proposta em ferramenta de debate de base e mobilização contra a exploração e a extrema-direita. Vamos juntas e juntos, de cabeça erguida, sem vacilações nem conciliação de classes, construir o Poder Popular, a Revolução Brasileira e a emancipação humana!





PANORAMA GERAL

Contexto

Este documento é formulado no epicentro da crise estrutural do capital e do acirramento da luta de classes no Brasil. Seu objetivo central é apresentar o programa político de mandato que servirá não como um mero plano de gestão institucional, mas como uma verdadeira ferramenta de combate, propaganda e intervenção na luta de classes no quadriênio 2027-2030, no caso de vitória nas urnas.

A construção deste programa parte da compreensão de que o Estado brasileiro e suas instâncias parlamentares funcionam historicamente como balcões de negócios da burguesia e das oligarquias territoriais. Diante do avanço do neoliberalismo, do arrocho fiscal, da precarização sistemática do trabalho e da espoliação dos serviços públicos, torna-se primordial erguer um mandato que rompa com o neoliberalismo progressista e assuma o protagonismo na luta contra a extrema-direita.

Entendemos que todos os debates apresentados aqui partem de um sujeito concreto: a classe trabalhadora brasileira é majoritariamente feminina, negra e periférica. Assim, a elaboração desta plataforma responde à necessidade urgente de organizar as aspirações e as demandas imediatas e históricas do proletariado em todas as suas expressões: mulheres, população negra, indígenas e quilombolas, pessoas LGBTQIA+ etc., convertendo o espaço institucional em uma trincheira a serviço do poder popular e da reorganização da classe trabalhadora. Este programa também segue aberto para incorporar novas demandas que vão surgindo no decorrer da luta de classes.

Objetivo principal

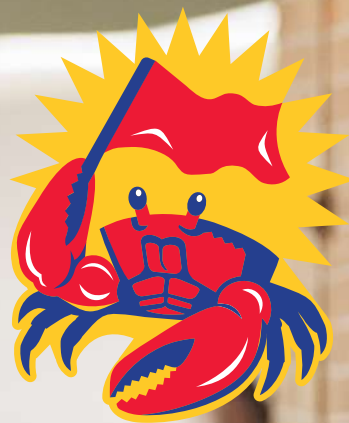
Apresentar a linha política e o programa revolucionário de ação que norteiam a nossa prática como candidatura e que tensionarão, no exercício do mandato parlamentar, os limites da ordem burguesa.

Estrutura e Princípios do Programa

Partimos rigorosamente da tradição teórica e prática do marxismo revolucionário para afirmar, sem vacilações ou ilusões constitucionalistas, a natureza estritamente instrumental e tática da intervenção parlamentar na ordem capitalista. Este mandato recusa a armadilha do cretinismo parlamentar que busca reduzir a política ao jogo institucional das elites.

Reconhecemos o Estado capitalista, em sua forma jurídica e em seu aparato burocrático-militar, não como um espaço neutro de disputa, mas como um instrumento de dominação ditatorial de uma classe sobre outra, estruturado fundamentalmente para garantir a reprodução ampliada do capital, a salvaguarda da propriedade privada dos meios de produção e a acumulação por espoliação no capitalismo periférico e dependente brasileiro.

Nossa atuação recusa, cate-



DEPUTADO FEDERAL
Jones
MANOEL



goricamente, a conciliação de classes e a ilusão reformista de que a máquina estatal possa ser gradualmente “humanizada” ou democratizada a ponto de superar a exploração de uma classe sobre a outra. Por isso, compreendemos o mandato não como um fim em si mesmo ou um balcão de serviços, mas como uma trincheira avançada de propaganda socialista, agitação política, apoio às lutas concretas do proletariado e denúncia do

caráter de classe do Estado.

A disputa legislativa e orçamentária é pautada por um programa de transição: não aceitamos a lógica do “possível” ditada pelo mercado financeiro e pelas frações da burguesia. Cada projeto, emenda ou pronunciamento servirá para desnudar a violência estrutural do sistema e elevar a consciência de classe dos trabalhadores.

Nesse sentido, entendemos que a verdadeira transformação social e a superação da ordem do capital derivam, exclusivamente, da auto-organização, do poder popular e da força direta das massas trabalhadoras, do proletariado urbano e rural, do povo negro, das mulheres trabalhadoras, da população LGBTQIA+ e da juventude periférica precarizada de Pernambuco. A emancipação da classe trabalhadora será



obra dela mesma.

Por conseguinte, nossa prática política obedecerá à subordinação tática da ação institucional às dinâmicas da luta de classes extraparlamentar. A tribuna do Congresso Nacional será convertida em um amplificador das contradições sociais e na voz ecoante das greves, das ocupações de terra e teto, das pautas da classe trabalhadora e das resistências comunitárias. O programa de mandato constitui-se, assim, como uma ferramenta viva de organização e combate, destinada a tensionar permanentemente as fronteiras da legalidade burguesa e a impulsionar a contraofensiva da nossa classe na caminhada rumo à Revolução Brasileira e à emancipação humana.

Formas de atuação do Deputado Federal

No aparato estatal brasileiro, a Câmara dos Deputados conta com 513 parlamentares, dos quais 25 compõem a bancada de Pernambuco. Atuaremos nas quatro frentes regimentais do Legislativo, operando a subversão consciente de sua lógica burocrática para colocá-las a serviço da contraofensiva da classe trabalhadora:

» **Legislação:** Apresentação, disputa e combate radical contra projetos de lei e emendas constitucionais de ataque contra o povo trabalhador. Utilizaremos a tribuna e as comissões para erguer uma barreira intransigente contra a agenda de austeridade fiscal, as contrarreformas que atingem a classe trabalhadora e qualquer tentativa de priva-

tização do patrimônio público.

» **Fiscalização:** Utilização tática de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), convocação coercitiva de autoridades do Executivo e acionamento dos órgãos de controle (como o Tribunal de Contas da União - TCU) para desmascarar e combater as fraudes do capital financeiro, o rentismo, os contratos escorchantes de privatização e o terrorismo de Estado e patronal contra o povo.

» **Participação Popular:** Promoção de audiências públicas e plenárias populares de base, descentralizadas e territorializadas, do sertão ao litoral. Romperemos com as cercas do parlamento para construir espaços permanentes de auto-organização, escuta ativa, mobilização e formulação política direta junto à classe trabalhadora, suas organizações e suas vanguardas.

» **Orçamento Público:** Enfrentamento direto ao

balcão de negócios do centrão, ao fisiologismo e à apropriação privada do fundo público pela burguesia compradora e pelas oligarquias locais. Nosso compromisso é arrancar recursos das mãos das oligarquias pernambucanas e do agronegócio para canalizá-los integralmente ao financiamento do SUS 100% público, à ampliação e manutenção das universidades federais e institutos públicos, à mobilidade urbana estatizada, à infraestrutura básica das periferias abandonadas e ao fomento da cultura popular de resistência, a projetos de combate à violência contra a mulher e ao racismo e demais iniciativas benéficas para a classe trabalhadora.

Eixos e políticas defendidas

Apresentamos, a seguir, o mapeamento das prioridades estratégicas e programáticas consolidadas a partir do acúmulo das plenárias territoriais, setoriais e temáticas da classe trabalhadora:



1



DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA E COMBATE À EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

A classe trabalhadora brasileira enfrenta um ataque sistemático promovido pelo grande capital e por seus representantes no Estado. As contrarreformas trabalhista e previdenciária não foram erros de percurso, mas ferramentas conscientes para rebaixar o preço da força de trabalho, alavancar as taxas de lucro dos grandes empresários e empurrar milhões para

a pejotização fraudulenta, a informalidade e jornadas exaustivas. Não há espaço para conciliação de classes quando o assunto é o tempo de vida e a dignidade de quem tudo produz.

O papel de um Deputado Federal comprometido com a classe trabalhadora não é gerenciar o capitalismo, mas utilizar a tribuna da Câmara

dos Deputados para desmascarar a exploração, denunciar a ingerência imperialista, exercer solidariedade de classe com os grupos oprimidos, articular leis que atendam aos interesses do povo trabalhador e impactem diretamente a correlação de forças da luta de classes, impulsionar a organização da classe trabalhadora e direcionar a luta contra a dominação do grande capital.



Eixo 1**FIM DA ESCALA 6X1, REDUÇÃO DA JORNADA E DIREITO AO TEMPO DE VIDA**

As jornadas de trabalho exaustivas constituem um elemento central para a ampliação da margem de lucro da burguesia, que explora ao máximo o trabalhador às custas do seu desgaste físico e mental. A luta pela redução da jornada de trabalho é uma pauta histórica do movimento operário internacional.

Em maio de 2026, a Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a PEC nº 221/2019, que põe fim à escala 6x1 e reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais, com duas folgas garantidas¹. A proposta está agora no Senado Federal. Nossa prioridade será garantir a sua aprovação sem desfiguração e, a partir dela, disputar a redução da jornada máxima semanal para 30 horas, sem qualquer redução nos salários, e a regulamentação que impeça a burla por escalas alternativas e banco de horas. Atuaremos para elevar a remuneração das horas extras ao patamar mínimo de 100%, garantindo, inclusive, o fim do banco de horas.

Propostas

- » Aprovação imediata de PEC para o fim da escala 6x1 e limitação da jornada sema-

¹ Câmara aprova em dois turnos fim da escala 6x1 com jornada máxima de 40 horas semanais: <https://www.camara.leg.br/noticias/1277141-camara-aprova-em-dois-turnos-fim-da-escala-6x1-com-jornada-maxima-de-40-horas-semanais/>

nal a 30 horas, sem redução salarial.

- » Aumento do adicional de hora extra para o patamar mínimo de 100%.

- » Fim do regime de banco de horas.

Eixo 2**ENFRENTAMENTO À PEJOTIZAÇÃO, À UBERIZAÇÃO E ÀS FORMAS PRECÁRIAS DE CONTRATAÇÃO**

A flexibilização das relações de trabalho promovida pela contrarreforma trabalhista aprofundou drasticamente a precarização dos vínculos e das condições de trabalho, funcionando como um verdadeiro motor de destruição da CLT e dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Justificada pelo discurso da “autonomia” e do “empreendedorismo”, a expansão das formas precárias de contratação significa, na prática, trabalhadores privados de direitos elementares, como férias, décimo terceiro salário, proteção previdenciária e demais garantias trabalhistas.

Diante desse cenário, defenderemos a unificação das diferentes formas de trabalho assalariado no setor privado sob o regime da CLT, incorporando também vínculos hoje submetidos a regimes precarizados ou excepcionais, como o trabalho intermitente, os estágios e as bolsas.

No mesmo sentido, enfrentaremos a uberização do trabalho e o poder das mul-

tinacionais de aplicativo. Em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do setor, lutaremos pela proibição da atuação das plataformas privadas estrangeiras no Brasil e pela unificação desses serviços em uma plataforma pública única, submetida ao interesse dos trabalhadores e da sociedade.

Propostas

- » Unificação dos vínculos do setor privado sob o regime da CLT (incluindo trabalho intermitente, estágios e bolsas).
- » Criação de uma plataforma pública única para gestão dos serviços de aplicativo, sob controle social e dos trabalhadores.
- » Fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores, com recomposição do financiamento sindical, corroído desde a reforma trabalhista de 2017², e proteção legal contra demissões e perseguições.

Eixo 3**COMBATE À TERCEIRIZAÇÃO NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO**

A terceirização é uma porta aberta para a superexploração da força de trabalho, especialmente de mulheres e da população negra, e para o desvio de recursos públicos rumo aos bolsos de empresários apadrinhados. Constitui-se como mais uma ferramenta de

² Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) com fim da contribuição sindical obrigatória: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

exploração e precarização da classe trabalhadora, utilizada para rebaixar salários, minar a estabilidade e sobrecarregar os trabalhadores e trabalhadoras.

Nosso mandato lutará pela revogação de todos os marcos legais que autorizam a terceirização irrestrita no Estado e no setor privado³, exigindo a contratação direta e a igualdade de direitos. Esse enfrentamento será prioritário tanto nos serviços operacionais e de apoio (como limpeza, vigilância, manutenção e alimentação) quanto na saúde e na educação pública (com o fim das Organizações Sociais - OSs), bem como no setor produtivo e nas indústrias de energia e petróleo, onde a terceirização amplia os acidentes de trabalho e o rebaixamento salarial.

Propostas

- » Revogação dos marcos legais que permitem a terceirização irrestrita.
- » Exigência de contratação direta e garantia de igualdade de direitos para trabalhadores e trabalhadoras.
- » Extinção das Organizações Sociais (OSs) na saúde e na educação pública.
- » Fim da terceirização em serviços operacionais, de apoio e em setores estratégicos (indústrias, energia e petróleo).

³ Lei nº 13.429/2017 (Lei da Terceirização): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13429.htm; STF: ADPF 324 e RE: 958.252: licitude da terceirização de atividade-fim: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=388429>



Eixo 4

VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E EXTINÇÃO DO ASSÉDIO

A terceirização na administração pública e os projetos atuais do Congresso visam transformar o orçamento público em lucro privado por meio do contrato temporário e da gestão por Organizações Sociais. São duas faces da mesma moeda: atacar os servidores públicos e precarizar os serviços essenciais.

O fortalecimento dos ser-

viços públicos exige o fim desse modelo predatório. Defenderemos o concurso público como o único instrumento capaz de garantir empregos estáveis, salários dignos e serviços de qualidade para a população, suprimindo os déficits de pessoal nas áreas essenciais e pondo fim à proliferação de contratos temporários.

Paralelamente, atuaremos na alteração do Estatuto dos Servidores Públicos e do Código Penal para combater e punir exemplarmente o assédio moral e sexual nas repar-

tições e universidades públicas, prevendo o afastamento preventivo dos investigados e a criação de canais independentes de denúncia geridos com participação direta e paritária das categorias e seus sindicatos.

Propostas

- » Defesa do concurso público como único meio de provimento para empregos estáveis no serviço público.
- » Fim dos contratos temporários e do modelo de gestão por Organizações Sociais.
- » Reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos e do Código Penal para punição rigorosa do assédio moral e sexual.
- » Previsão de afastamento preventivo dos investigados por assédio.
- » Criação de canais independentes de denúncia com participação paritária dos trabalhadores e sindicatos.

Eixo 5

INCLUSÃO DA CLASSE TRABALHADORA, COTAS CONTRA O ETARISMO E GARANTIA DO PRIMEIRO EMPREGO

O exército industrial de reserva é utilizado pelo capital para rebaixar salários e impor condições precárias de trabalho, descartando os trabalhadores e as trabalhadoras mais velhos e bloqueando o futuro da juventude.

Diante disso, atuaremos no

Congresso pela fiscalização e cumprimento rigoroso das cotas de emprego para pessoas com deficiência, além de propor cotas obrigatórias para trabalhadores com 40 anos ou mais, combatendo a discriminação por idade nas contratações.

Para a juventude da periferia, defenderemos leis federais que proíbam expressamente a exigência de experiência prévia para vagas de primeiro emprego e impediremos que o patronato utilize critérios ideológicos ou religiosos para selecionar, contratar ou demitir trabalhadores.

Propostas

- » Fiscalização rigorosa das cotas para Pessoas com Deficiência (PCD).
- » Criação de cotas de emprego obrigatórias para pessoas com 40 anos ou mais.
- » Proibição legal da exigência de experiência prévia para vagas de primeiro emprego direcionadas à juventude periférica.
- » Veto ao uso de critérios ideológicos ou religiosos em processos de seleção, contratação e demissão.

Eixo 6

REVOGAÇÃO DO ENTULHO ANTI TRABALHISTA E REGULAÇÃO DO TRABALHO AOS DOMINGOS

A contraofensiva da classe trabalhadora exige a anulação

integral das medidas regressivas aprovadas sob o falso pretexto de “modernizar” as relações de trabalho. Nosso mandato estará na linha de frente pela revogação da contrarreforma trabalhista, que é a responsável por aberrações como o trabalho intermitente e o dogma do “negociado sobre o legislado”, utilizado para enfraquecer garantias e retirar direitos fundamentais, bem como pela revogação da contrarreforma da previdência.

Também pautaremos a regulamentação federal do trabalho aos domingos e feriados nos shopping centers e no grande comércio, estabelecendo por lei nacional a obrigatoriedade de adicionais expressivos e de folgas compensatórias garantidas. O direito ao descanso, ao lazer e à convivência familiar da classe trabalhadora não pode continuar subordinado à busca incessante pelo lucro.

Propostas

- » Revogação integral da Reforma Trabalhista (incluindo o trabalho intermitente e a prevalência do “negociado sobre o legislado”).
- » Revogação integral da Reforma da Previdência.
- » Regulamentação federal do trabalho aos domingos e feriados no grande comércio e shopping centers.
- » Garantia por lei nacional de adicionais salariais expressivos e folgas compensatórias para trabalho em domingos e feriados.



MOBILIDADE POPULAR E TRANSPORTE PÚBLICO

O transporte público e a mobilidade urbana não são mercadorias e não podem continuar servindo ao enriquecimento de empresários e ao lucro de consórcios privados. O direito de ir e vir com dignidade é um direito constitucional fundamental e uma condição primária para que a classe trabalhadora acesse o trabalho, a saúde, a educação e o lazer.

O direito à cidade foi sequestrado pela lógica do capital transportador, que cobra tarifas abusivas, frauda relatórios de qualidade e entrega ônibus lotados, sucateados e sem acessibilidade.

Na Câmara dos Deputados, o nosso mandato será de luta e em defesa da vida da classe trabalhadora. Não iremos a Brasília para conciliar com os tubarões das empresas de ônibus nem para aceitar a privatização dos nossos trilhos. Vamos enfrentar o grande monopólio dos transportes, pautar a reestatização integral dos serviços e colocar o orçamento federal a servi-

ço do povo trabalhador de Pernambuco.

Eixo 1

FUNDO NACIONAL DA TARIFA ZERO E PASSE LIVRE UNIVERSAL: Transporte é Direito, Não Mercadoria

A catraca é uma barreira de classe que segrega as periferias e impede o livre deslocamento da população mais pobre. Para garantir o transporte como um direito constitucional efetivo e não como mercadoria, defendemos a alteração da Política Nacional de Mobilidade Urbana e a criação do Fundo Nacional da Tarifa Zero, viabilizando a implementação progressiva da gratuidade total com passe livre universal no Grande Recife e no interior pernambucano.

Vale ressaltar que quem vai pagar essa conta não é o trabalhador: a fonte de financiamento virá da taxação dos lucros milionários dos grandes bancos, das grandes fortunas e do aumento da alíquota

sobre o capital poluidor. Com esses recursos, a União repassará verbas diretas para que prefeituras e governos estaduais estatizem a gestão, eliminem o interesse predatório dos empresários gananciosos e garantam frotas públicas, gratuitas e de qualidade.

Propostas

- » Alteração da Política Nacional de Mobilidade Urbana para criar o Fundo Nacional da Tarifa Zero.
- » Implementação progressiva da gratuidade total no transporte coletivo com passe livre universal.
- » Financiamento via taxação de lucros bancários, grandes fortunas e aumento de alíquota sobre o capital poluidor.
- » Repasse direto de verbas da União a estados e municípios para estatização da gestão da frota pública.

Eixo 2

ESTATIZAÇÃO INTEGRAL DO SISTEMA METROFERROVIÁRIO (CBTU - METRÔ DO RECIFE), RECONSTRUÇÃO PÚBLICA E APOIO À INDÚSTRIA NACIONAL

O Metrô do Recife (Metrorec), gerido pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), vem sendo deliberadamente sucateado pelos governos de turno com o objetivo de justificar sua entrega à iniciativa privada. Privatizar o metrô significa demissões, aumento de tarifas e precarização do serviço¹. O nosso mandato atuará na linha de frente em Brasília para impedir qualquer tentativa de privatização ou concessão do Metrorec, exigindo a sua estatização integral e centralizada sob controle público.

Lutaremos pela destinação prioritária de verbas do Orçamento da União para recuperar os trilhos, modernizar as estações e renovar as frotas de trens e Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), priorizando a compra de equipamentos e insumos produzidos pela indústria nacional para gerar empregos industriais soberanos no país.

¹ Hora do Povo: sindicato dos metroviários sobre a privatização: <https://horadopovo.com.br/privatizacao-do-metro-do-recife-e-improviso-que-agravara-o-caos-denunciado-sindicato/>;

Revista Ferroviária: “Governo federal autoriza concessão do Metrô do Recife à iniciativa privada”: <https://revistaferroviaria.com.br/2025/05/governo-federal-autoriza-concessao-do-metro-do-recife-a-iniciativa-privada/>

Propostas

» Bloqueio de propostas de privatização ou concessão do Metrô do Recife (Metrorec/CBTU).

» Estatização integral e centralização do sistema metroferroviário sob gestão pública.

» Destinação prioritária de recursos do Orçamento da União para modernização de estações, trilhos, trens e VLTs.

» Priorização de compras de equipamentos da indústria nacional para reindustrialização e geração de empregos.

Eixo 3

ACESSIBILIDADE UNIVERSAL SEM BARREIRA: Respeito, Autonomia e Combate ao Capacitismo no Transporte

O sucateamento do transporte público atinge de forma ainda mais perversa as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, que enfrentam rotineiramente elevadores quebrados, calçadas destruídas e o descaso das empresas privadas. Para combater esse capacitismo estrutural, apresentaremos uma lei federal para fechar a torneira do dinheiro público aos empresários que descumprirem as normas de acessibilidade.

Qualquer empresa que receba subsídios ou financiamento público, a exemplo de linhas do BNDES, será obrigada a ter 100% da sua frota adaptada com elevadores operacionais e espaço interno amplo para comportar múltiplos cadeirantes simultaneamente, permitindo a circulação autônoma e sem necessidade de auxílio de terceiros. A empresa que descumprir a lei



e desrespeitar o trabalhador e a trabalhadora PCD perderá sumariamente os contratos e repasses do governo.

Propostas

- » Aprovação de lei federal condicionando subsídios e financiamentos públicos (como BNDES) ao cumprimento total das normas de acessibilidade.
- » Exigência de 100% da frota adaptada, com elevadores funcionais e espaços amplos para múltiplos cadeirantes simultaneamente.
- » Cancelamento imediato de contratos e repasses públicos para empresas que descumprirem os requisitos de acessibilidade.

Eixo 4

QUEBRA DOS MONOPÓLIOS INTERMUNICIPAIS NO AGRESTE E SERTÃO, TETO TARIFÁRIO E PASSE LIVRE SOCIAL

No interior de Pernambuco, a classe trabalhadora e estudantil do Agreste, do Sertão e da Zona da Mata é refém de um verdadeiro cartel de viagens privadas que exploram as rodovias, como a BR-232 e a BR-101, cobrando passagens abusivas por viagens em veículos sucateados e superlotados². Em resposta a

² MPPE: Recomendação à EPTI sobre a qualidade do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros: <https://portal.mppe.mp.br/w/mppe-recomenda-que-epti-resolva-questoes-internas-para-garantir-qualidade-do-servico-prestado-pelo-sistema-de-transporte-coletivo-intermunicipal-de-passageiros>

esse cenário mafioso, o nosso mandato irá propor uma política nacional de transporte intermunicipal que estabeleça a estatização das linhas estratégicas, um teto tarifário social por quilômetro rodado e a instituição do Passe Livre Intermunicipal em lei federal.

É dever do Estado garantir gratuidade total nas viagens intermunicipais para estudantes da rede pública, universidades e Institutos Federais (IFs), bem como para pessoas desempregadas em busca de recolocação.

Propostas

- » Formulação de uma política nacional de transporte intermunicipal com estatização de linhas estratégicas.
- » Fixação de teto tarifário social proporcional aos quilômetros rodados.
- » Instituição do Passe Livre Intermunicipal para estudantes da rede pública, universidades e Institutos Federais (IFs).
- » Isenção de tarifa intermunicipal para pessoas desempregadas em processo de recolocação profissional.

Eixo 5

TRENS REGIONAIS, FAIXAS EXCLUSIVAS, MALHA CICLOVIÁRIA E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA POPULAR

O abandono da malha ferroviária no Brasil atende unicamente aos interesses do lobby das empreiteiras, das concessionárias e da indústria

automobilística, forçando a classe trabalhadora a depender de ônibus caros e poluentes. Defendemos a inclusão de Pernambuco no Plano Nacional de Ferrovias de Passageiros, mediante investimento público massivo para a reativação dos trens regionais e expansão dos VLTs, voltando a conectar o Recife a municípios do Sertão, Zona da Mata e do Agreste, como Vitória de Santo Antão e Caruaru, sobre trilhos.

Nas áreas urbanas, defenderemos o repasse de verbas federais condicionado à implementação de faixas e corredores exclusivos para ônibus, ampliação da malha cicloviária integrada e incentivo a sistemas públicos de bicicletas gratuitas, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis e devolvendo o tempo de vida a quem hoje definha nos congestionamentos.

Propostas

- » Inclusão de Pernambuco no Plano Nacional de Ferrovias de Passageiros para reativação de trens regionais e VLTs (ex.: conexão Recife a Vitória de Santo Antão e Caruaru).
- » Condicionamento de verbas federais à criação de faixas e corredores exclusivos para ônibus nas cidades.
- » Expansão da malha cicloviária integrada e apoio a sistemas de bicicletas públicas gratuitas.



EDUCAÇÃO PÚBLICA E UNIVERSIDADES: DO ENSINO BÁSICO AO SUPERIOR

A educação pública não pode ser tratada como balcão de negócios, nem as universidades como empresas prestadoras de serviço. O acesso ao conhecimento, à ciência e ao pensamento crítico é um direito fundamental e representa a base sem a qual a classe trabalhadora não consegue construir sua verdadeira emancipação.

Na prática, o que vemos hoje é o sufocamento planejado do ensino público. Lutar pelo fim do novo teto de gastos (arcbouço fiscal) é uma necessidade urgente, pois esse mecanismo se tornou o garrote no pescoço das nossas instituições, cortando os investimentos mais básicos.

Em Pernambuco, a situação é dramática, com reitores, professores e estudantes vivendo no limite para pagar contas de luz, manter a segurança, a limpeza, os serviços de portaria e os restaurantes universitários. É uma contradição revoltante, pois mais de 95% da pesquisa científica produzida no Brasil nasce dentro das universida-

des públicas, garantindo ao país destaque internacional¹.

A resposta do Congresso Nacional, contudo, veio ainda em 2025, com o corte de mais de R\$488 milhões do orçamento de 2026 das 69 universidades federais para abastecer o caixa de emendas parlamentares². Este valor só foi recomposto pelo governo federal após forte pressão da comunidade acadêmica. Entre 2014 e 2025, o repasse via emendas subiu 285%, transformando a autonomia acadêmica em moeda de troca e refém do fisiologismo

político³.

Se antes passar na faculdade pública era a realização de um sonho, hoje conseguir se formar virou uma prova de sobrevivência. A infraestrutura física está caindo aos pedaços, a exemplo de Petrolina, onde um bloco da UPE está interditado por risco real de desabamento desde 2025⁴, e de Belo Jardim, onde o teto da unidade da UFRPE desabou

1 Academia Brasileira de Ciências: "Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil": <https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respodem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>

2 ANDES-SN: "Universidades perdem R\$ 488 milhões em 2026 enquanto recursos de emendas aumentam": <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-de-2026-universidades-perdem-r-488-milhoes-enquanto-recursos-de-emendas-aumentam1>

3 Brasil de Fato "Emendas para universidades públicas crescem 285% e expõem fragilidade na autonomia orçamentária": <https://www.brasildefato.com.br/2026/02/26/emendas-para-universidades-publicas-crescem-285-e-expoem-fragilidade-na-autonomia-orcamentaria/>

4 Diário de Pernambuco "MPPE investiga risco de desabamento e falhas de segurança na UPE Petrolina": <https://www.diariodepernambuco.com.br/vida-urbana/2026/05/11714660-mppe-investiga-risco-de-desabamento-e-falhas-de-seguranca-na-upe-petrolina.html>

duas vezes⁵, e a instituição segue sem sede própria desde 2018. Além disso, no CFCH da UFPE faltam água potável e elevadores, o que obriga estudantes cadeirantes a serem carregados no braço pelas escadas⁶.

A situação se agrava com o baque orçamentário de R\$ 100 milhões na assistência estudantil aprovado para 2026⁷, cujos reflexos sufocam o planejamento anual da UFPE e da UFRPE. Na Universidade de Pernambuco (UPE), esse contingenciamento faz com que mais de 1.400 jovens aprovados nos critérios socioeconômicos do auxílio-moradia e alimentação sigam desassistidos⁸. O mesmo obstáculo afeta as federais (UFPE e UFRPE), nas quais a defasagem nos auxílios

5 BJ1 Notícias: Teto da UABJ desaba após chuvas fortes em Belo Jardim (2025): <https://www.bj1.com.br/teto-da-uabj-desaba-apos-chuvas-fortes-em-belo-jardim/>; Belo Jardim noface: “Após fortes chuvas, parte do teto de um dos prédios da UABJ desabou repentinamente (2026): <https://www.instagram.com/reels/DIXqxpANSC4/>

6 Marco Zero Conteúdo: “O que os cortes no orçamento federal têm a ver com o sucateamento do CFCH da UFPE”: <https://marcozero.org/o-que-os-cortes-no-orcamento-federal-tem-a-ver-com-o-sucateamento-do-cfch-da-ufpe/>

7 Agência Brasil: “Orçamento 2026 traz corte de quase R\$ 500 milhões para universidades” (traz o corte de ~R\$ 100 milhões na assistência estudantil): <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-12/orcamento-2026-traz-corte-de-quase-r-500-milhoes-para-universidades>

8 Estimativa realizada a partir das listas de remanejamento dos auxílios fornecidos pela Universidade de Pernambuco. Ou seja, considerando todos os estudantes que cumpriram os requisitos do edital, mas não ficaram em posição classificatória para receber o benefício inicialmente: <https://upe.br/editais/assistencia-estudantil-upe/>

permanentes compromete a manutenção de milhares de alunos com perfil de extrema vulnerabilidade. Somada à crise estudantil, a desvalorização do corpo técnico e docente atinge o limite, empurrando esses profissionais, exaustos, para greves apenas para tentar manter a dignidade do trabalho e a qualidade do ensino.

O nosso mandato na Câmara dos Deputados não vai a Brasília para fazer acenos ao mercado ou conciliar com o desmonte. Vamos enfrentar a lógica do arrocho fiscal e colocar o orçamento público a serviço da reconstrução das nossas escolas, universidades e institutos federais, defendendo quem estuda e quem trabalha na educação em Pernambuco.

Eixo 1

ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS

O analfabetismo é mais um reflexo de como a dinâmica capitalista limita o acesso à educação em suas formas mais básicas. No Brasil, ele se apresenta como um fenômeno majoritariamente negro, idoso, feminino, nordestino e pobre. Existem mais de 8,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais no país, e mais da metade se concentra no Nordeste. Somente em Pernambuco são 763 mil pessoas analfabetas, o terceiro maior quantitativo do país. Mais da metade dessas pessoas têm 60 anos ou mais, e a maioria delas é composta

por mulheres⁹.

Diante da urgente necessidade do desenvolvimento de autonomia, do resgate da dignidade, da ampliação do acesso a direitos básicos e da emancipação da classe trabalhadora, defenderemos que a educação de jovens, pessoas adultas e idosas seja tratada como uma política permanente de combate às desigualdades sociais.

Propostas

» Definição de metas e orçamento com recorte racial explícito no enfrentamento do analfabetismo.

» Reconhecimento da educação popular e das experiências de alfabetização dos movimentos sociais como política pública financiável pela União.

» Ampliação da EJA integrada à educação profissional, com oferta nos Institutos Federais do Agreste, do Sertão e da Zona da Mata.

» Recomposição orçamentária da EJA e reabertura das turmas fechadas.

Eixo 2

EM DEFESA DA AUTONOMIA E DO FINANCIAMENTO REAL DAS UNIVERSIDADES

Não dá para gerir a ciência e a formação de um país dependendo de migalhas ou de barganha de emenda parlamentar. Assumimos o compromisso

9 IBGE: PNAD Contínua: Educação (fonte primária): <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html>



DEPUTADO FEDERAL
Jones
MANOEL



central de lutar pelo fim do Novo Teto de Gastos, eliminando qualquer mecanismo de cortes no orçamento que estrangule o ensino público. Defendemos um orçamento federal impositivo, regular e direto para as universidades e institutos federais, garantindo que as verbas não fiquem sujeitas a contingenciamentos e decisões arbitrárias da gestão de ocasião. Queremos a liberação imediata de recursos emergenciais para obras nas instituições pernambucanas, acabando de vez com os riscos estruturais que ameaçam a comunidade acadêmica na região metropolitana e no interior do estado.

Propostas

» Fim do teto de gastos e de qualquer mecanismo de corte orçamentário no ensino público.

» Garantia de orçamento federal impositivo, regular e direto para universidades e institutos federais, sem contingenciamentos.

» Liberação imediata de verbas emergenciais para obras e reformas estruturais nas instituições federais pernambucanas.

Eixo 3

EXPANSÃO, INTERIORIZAÇÃO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: Transporte, Moradia e Vagas Públicas

O acesso ao ensino superior não pode ficar restrito aos grandes centros urbanos,

nem a juventude trabalhadora deve ser empurrada para o endividamento em instituições privadas por falta de alternativas ou de mobilidade. Defenderemos na Câmara dos Deputados a expansão contínua de vagas e a efetiva interiorização do ensino superior público, com o fortalecimento dos campi existentes e a criação de novas unidades no Agreste e no Sertão pernambucano.

Para assegurar que os estudantes permaneçam na universidade com dignidade até a conclusão da graduação, atuaremos de forma integrada no fortalecimento dos programas estaduais e federais de assistência estudantil, visando ampliar o atendimento nos restaurantes universitários, nas moradias e nos auxílios de permanência no Grande Recife e no interior.

Além disso, apresentaremos um projeto de lei federal para criar o Passe Livre Estudantil Intermunicipal, garantindo a mobilidade no deslocamento diário entre cidades, ao mesmo tempo em que lutaremos pela ampliação e aprimoramento das cotas socioeconômicas e raciais e pelo fortalecimento, estruturação e valorização dos estágios obrigatórios.

Propostas

» Expansão contínua de vagas e criação de novos campi do ensino superior público no Agreste e no Sertão pernambucanos.

» Fortalecimento de programas de assistência estudantil

(ampliação de restaurantes universitários, moradias e auxílios de permanência).

» Criação do Passe Livre Estudantil Intermunicipal via Projeto de Lei Federal para garantir o deslocamento entre cidades.

» Ampliação das cotas socioeconômicas e raciais, além da valorização e estruturação dos estágios obrigatórios.

» Valorização das bolsas de pesquisa em todos os níveis: iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado e a ampliação do número de bolsas ofertadas.

Eixo 4

PELA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE POPULAR: Ciência e Conhecimento a Serviço da Classe Trabalhadora

Defendemos a criação e consolidação da Universidade Popular como uma proposta estratégica para superar a lógica elitista e eurocêntrica que ainda predomina no modelo tradicional de ensino. Trata-se de reestruturar os currículos acadêmicos, fortalecer os projetos de extensão nas periferias, no campo e nos assentamentos, e abrir as portas das instituições públicas para a sabedoria comunitária e para a cultura negra, indígena e popular.

A atuação na Câmara dos Deputados focará na definição de diretrizes federais para democratizar radicalmente o acesso e a produção do conhecimento. A proposta

visa redirecionar a pesquisa, a tecnologia e a ciência desenvolvidas nas universidades públicas prioritariamente para a resolução dos problemas concretos vivenciados pela classe trabalhadora em seu cotidiano.

Propostas

- » Reestruturação dos currículos acadêmicos e fortalecimento de projetos de extensão nas periferias, no campo e em assentamentos.
- » Abertura do ambiente acadêmico para saberes comunitários e para a cultura negra, indígena e popular.
- » Estabelecimento de diretrizes federais para direcionar a pesquisa, a ciência e a tecnologia públicas à resolução dos problemas da classe trabalhadora.

Eixo 5

PELO FIM DO ENSINO MERCANTILIZADO: Valorização de Professores e Funcionários

Uma educação forte se faz com trabalhadores respeitados. Defendemos a revogação imediata do Novo Ensino Médio, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos moldes atuais e dos programas cívico-militares, devolvendo o espaço das ciências humanas, do debate sobre as desigualdades em volta do capitalismo e da história de luta do nosso povo, além de criar incentivos reais à leitura, a exemplo do Bolsa Literatura.

Estaremos ao lado dos docentes e servidores técnicos na luta por planos de carreira dignos e recomposição salarial. Combateremos o desvio de recursos da educação pública e a impunidade nos ambientes acadêmico e escolar por meio de fiscalização rigorosa e legislação federal específica.

Atuaremos na Câmara dos Deputados em articulação com a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público Federal para combater esquemas que retiram recursos essenciais das salas de aula. Investigações e operações recentes desses órgãos revelaram esquemas com contratos suspeitos e desvios que ultrapassam R\$ 50 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) por meio de empresas de fachada, consultorias desnecessárias e fraudes licitatórias em diversos municípios do Maranhão e do Piauí¹⁰.

Estabeleceremos mecanismos rígidos de controle para coibir o direcionamento indevido dessas verbas para o setor privado, garantindo que o investimento permaneça integralmente na infraestrutura das escolas e na valorização dos profissionais da educação.

Paralelamente, defenderemos

10 Agência Brasil: “Polícia Federal investiga desvio de R\$ 50 milhões da educação”: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-08/policia-federal-investiga-desvio-de-r-50-milhoes-da-educacao>

a criação de diretrizes e regras federais rigorosas para prevenir, apurar e punir o assédio moral e o assédio sexual nas instituições de ensino, assegurando um ambiente seguro, laico, inclusivo e de respeito para toda a comunidade escolar e acadêmica.

Propostas

- » Revogação imediata do Novo Ensino Médio, da BNCC nos moldes atuais e dos programas cívico-militares.
- » Criação de incentivos educacionais, como o Bolsa Literatura, fomentando a valorização das ciências humanas e o desenvolvimento do pensamento crítico nas escolas.
- » Garantia de planos de carreira dignos e recomposição salarial para docentes e servidores técnicos.
- » Combate ao desvio de verbas públicas (como o Fundeb) em articulação com PF, CGU e MPF, coibindo fraudes licitatórias e contratos suspeitos.
- » Aplicação de diretrizes e regras federais rigorosas para prevenção, apuração e punição do assédio moral e sexual no ambiente acadêmico e escolar.





SAÚDE PÚBLICA E DEFESA DO SUS

A saúde da nossa gente não é mercadoria, não é balcão de negócios e não pode continuar servindo para enriquecer os barões da saúde privada, as grandes corporações farmacêuticas e os esquemas de Organizações Sociais (OSs). Ter o direito de viver com dignidade, sem a dor da fila de espera e sem a humilhação do desatendimento, é uma condição primária e inegociável para a sobrevivência da classe trabalhadora.

Essa desigualdade é escancarada pelos próprios números do financiamento no país: enquanto o setor privado consome cerca de 57% de todos os recursos da saúde para atender a uma minoria de pouco mais de 20% da população, o SUS recebe apenas 41% dos investimentos para cuidar de mais de 75% da população brasileira¹. Na prática, o gasto por pessoa no sistema privado é mais que o dobro do investimento público per

capita, criando um apartheid de acesso e infraestrutura.

O direito à vida em Pernambuco foi sequestrado pela lógica do capital que precariza a rotina dos profissionais da saúde e abandona a população periférica à própria sorte em meio ao colapso do sistema. Na Câmara dos Deputados, nosso mandato será de luta em defesa intransigente do SUS. Faremos o enfrentamento direto ao arcabouço fiscal e à privatização da saúde, seja por meio de Organizações Sociais (OSs) ou concessões.

Nossas prioridades incluem o fortalecimento da estrutura pública com a criação de um Complexo Econômico-Industrial da Saúde soberano, a valorização dos profissionais por meio de concursos públicos, salários dignos e planos de cargos e carreiras, além da descentralização dos equipamentos de média e alta complexidade e da universalização da atenção primária.

Eixo 1

EXPULSÃO DAS OSS, ESTATIZAÇÃO E FIM DA TERCEIRIZAÇÃO NA SAÚDE

As Organizações Sociais (OSs) e a terceirização representam a privatização disfarçada do SUS, precarizando o atendimento do povo e superexplorando trabalhadores e trabalhadoras da saúde. Esse modelo destrói os direitos trabalhistas por meio de seleções simplificadas sem garantias e da pejotização compulsória, gerando cortes salariais, sobrecarga extrema e alta rotatividade. Dentro deste quadro, a população enfrenta o colapso do atendimento com filas sem fim, desvio de recursos públicos, falta de transparência e a quebra do vínculo contínuo de cuidado com a comunidade.

Na Câmara dos Deputados, nossa atuação será intransigente pelo fim dessa lógica mercantilizada, e por isso defenderemos um Projeto de Lei Federal que proíba expressamente o repasse de verbas

¹ IESS: "Setor privado gasta quase 60% do total no País": <https://www.iess.org.br/publicacao/blog/setor-privado-gasta-quase-60-do-total-no-pais>

do Fundo Nacional de Saúde a entidades privadas e OSs, condicionando todo recurso federal à estatização completa da gestão pública.

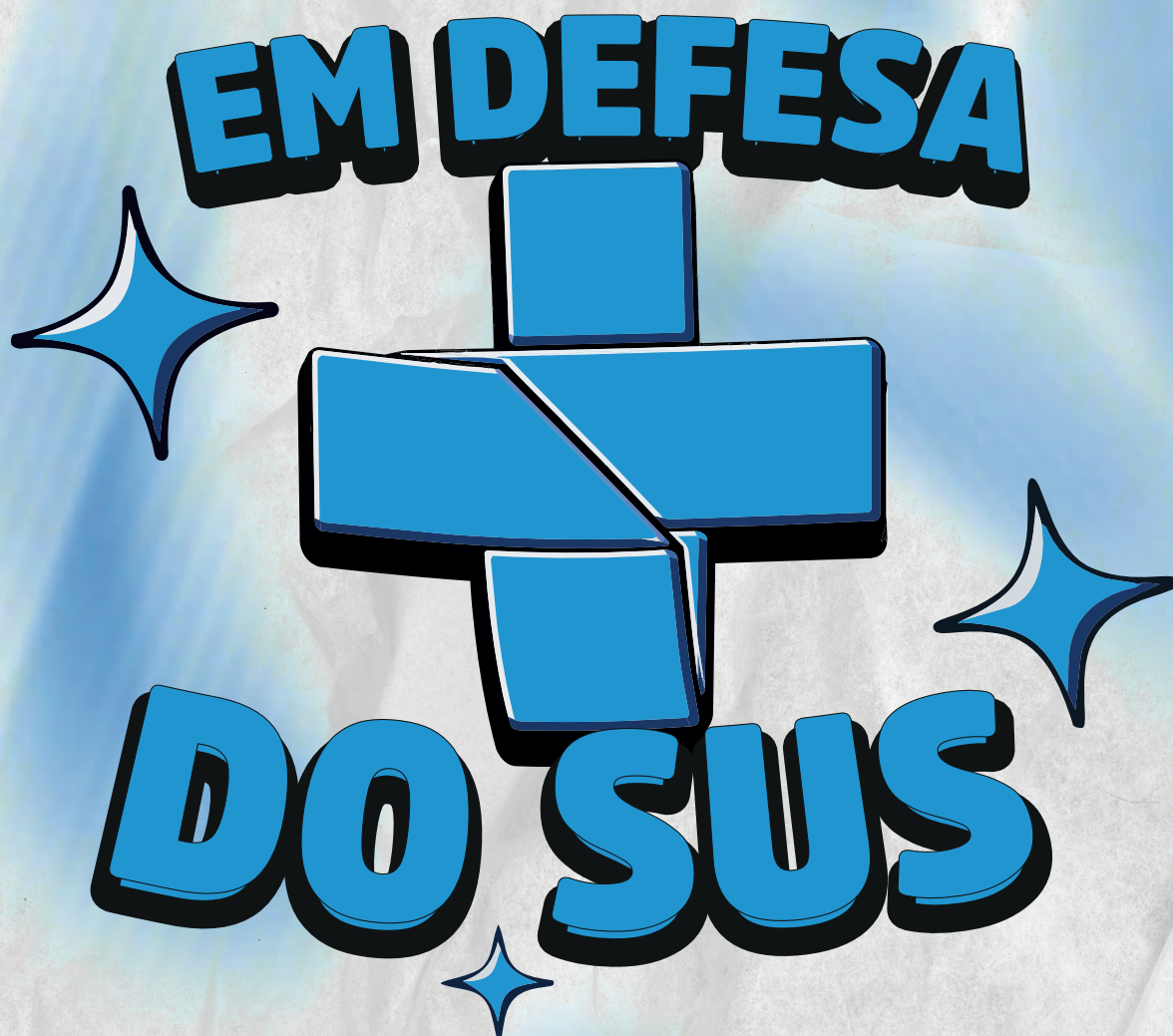
Exigiremos a realização de concursos públicos com estabilidade e Planos de Cargos, Carreiras e Salários dignos para médicas e médicos, enfermeiras e enfermeiros,

auxiliares e técnicas e técnicos de enfermagem. Só a gestão 100% estatal garante a fixação dos profissionais, a transparência na aplicação dos recursos e um atendimento humano, universal e de qualidade para toda a classe trabalhadora.

Propostas

» Apresentação de Projeto de Lei Federal proibindo o repasse de recursos do Fundo Nacional de Saúde a entidades privadas e Organizações Sociais (OSs).

» Condicionamento de toda verba federal à estatização completa do atendimento e gestão do SUS.



» Exigência de realização de concursos públicos para admissão com estabilidade e garantia de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todas as categorias da saúde.

Eixo 2

FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E CRIAÇÃO DA CARREIRA DO CUIDADO

A Atenção Primária à Saúde é o coração da prevenção e do cuidado integral, capaz de acolher e resolver cerca de 85% dos problemas de saúde da população². Nosso mandato atuará pela aprovação de diretrizes e pisos salariais nacionais que valorizem toda a linha de frente do SUS: Médicos e Médicas de Família e Comunidade, Enfermeiras e Enfermeiros, Técnicas e Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE) e equipes multidisciplinares.

Para responder às reais necessidades da classe trabalhadora, pautaremos um Projeto de Lei para a criação da carreira pública estatutária de Cuidador Hospitalar e de Enfermos no SUS. A proposta visa à contratação de profissionais concursados para o acompanhamento e suporte a pacientes internados e em reabilitação na rede pública. Com isso, geramos empregos

especializados, garantimos assistência humanizada aos pacientes e combatemos o esgotamento físico e mental que atinge historicamente mães, filhas e trabalhadoras, que hoje são forçadas a abandonar seus empregos para cuidar de familiares enfermos por falta de amparo do Estado.

Propostas

» Aprovação de diretrizes e pisos salariais nacionais para Médicos de Família, Enfermeiros, Técnicos, Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE).

» Apresentação de Projeto de Lei para criação da carreira pública estatutária de Cuidador Hospitalar e de Enfermos no SUS.

» Contratação de cuidadores concursados para suporte a pacientes internados, aliviando a sobrecarga histórica de familiares, sobretudo mulheres.

Eixo 3

AUTONOMIA DO CORPO, DIREITOS REPRODUTIVOS E SAÚDE TRANS

A saúde pública sob a perspectiva radical exige o combate firme e intransigente à misoginia, ao patriarcado e à transfobia. Atuaremos na Câmara dos Deputados como uma barreira contra o reacionarismo que tenta criminalizar e punir mulheres, meninas e pessoas gestantes.

Enfrentaremos projetos absurdos como o PL do Estupro (PL 1904/2024) e denuncia-

remos a perseguição institucional que impede crianças e mulheres vítimas de violência sexual de acessarem seus direitos. Lutaremos para garantir e ampliar o acesso seguro, humanizado, desburocratizado e universal ao aborto legal em toda a rede do SUS.

Da mesma forma, não aceitaremos que a população trans continue abandonada em filas de espera de quase uma década por cirurgias e procedimentos no SUS. Pautaremos a ampliação nacional e o financiamento público do processo transexualizador, construindo diretamente a partir do acúmulo dos movimentos e entidades trans.

Combateremos o desabastecimento de hormônios na rede pública e garantiremos o direito à hormonioterapia, às cirurgias de afirmação de gênero e ao acompanhamento multidisciplinar humanizado, assegurando a dignidade e o respeito à autonomia de todos os corpos.

Propostas

» Atuação contra proposições que criminalizam os direitos reprodutivos (como o PL 1904/2024) e garantia do acesso seguro, humanizado e desburocratizado ao aborto legal pelo SUS.

» Ampliação e financiamento público do processo transexualizador na rede pública de saúde.

» Combate ao desabastecimento de hormônios na rede pública, assegurando hormonioterapia, cirurgias de afirma-

² CONASS: "Atenção Primária é capaz de resolver 85% das demandas de saúde": <https://www.conass.org.br/atencao-primaria-e-capaz-de-resolver-85-das-demandas-de-saude/>

ção de gênero e acompanhamento multidisciplinar.

Eixo 4

SOBERANIA FARMACÊUTICA, FORTALECIMENTO DO LAFEPE E CANNABIS MEDICINAL PÚBLICA

A vida da classe trabalhadora não pode ficar refém dos preços extorsivos impostos pelo monopólio das multinacionais farmacêuticas. Lutaremos pela alocação direta de investimentos federais na infraestrutura dos laboratórios públicos, com destaque para o fortalecimento e a soberania produtiva do Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (LAFEPE) na distribuição descentralizada de medicamentos gratuitos. Da mesma forma, defenderemos a regulamentação do cultivo e da distribuição gratuita da cannabis medicinal pelo SUS sob uma lógica 100% pública e comunitária, impedindo que o agronegócio e a indústria farmacêutica monopolizem uma planta de alto valor terapêutico para a população.

Propostas

- » Alocação direta de investimentos federais e estaduais para a infraestrutura de laboratórios públicos, com foco na soberania produtiva do LAFEPE.
- » Garantia de distribuição descentralizada e gratuita de medicamentos na rede pública.
- » Regulamentação do cultivo e da distribuição gratuita de cannabis medicinal pelo SUS

sob modelo 100% público e comunitário.

Eixo 5

SAÚDE MENTAL, ANTIPROIBICIONISMO E REDUÇÃO DE DANOS

A dita “guerra às drogas” é uma guerra contra os pobres, contra os negros e contra a periferia, servindo como pretexto para a violência policial enquanto abandona as pessoas que precisam de cuidado sanitário e mental. O nosso mandato defenderá a mudança radical da legislação para tratar o uso de substâncias estritamente sob a ótica da saúde pública e da Redução de Danos.

Exigiremos financiamento federal para a expansão da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e para a criação de clínicas públicas especializadas no acolhimento humanizado de usuários, com atendimento psicológico e psiquiátrico de qualidade, sem internações compulsórias nem violência moral.

Propostas

- » Alteração da legislação sobre drogas para tratar o uso de substâncias prioritariamente sob a ótica da saúde pública e Redução de Danos.
- » Financiamento federal para ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
- » Criação de clínicas públicas especializadas no acolhimento humanizado de usuários, sem internação compulsória ou violência moral.

Eixo 6

LUTA ANTICAPACITISTA, ACESSIBILIDADE E CUIDADO INTEGRAL

A luta pelo SUS público é inseparável do combate ao capacitismo e da garantia de direitos plenos às Pessoas com Deficiência (PCD) e neurodivergentes. Pautaremos leis federais severas para combater a discriminação no serviço público e garantir adaptações laborais adequadas, impedindo que servidores com deficiência sejam forçados ao adoecimento ou à aposentadoria precoce por omissão do Estado. Destinaremos verbas de mandato e lutaremos por orçamentos federais específicos para a criação e estruturação de centros integrados de atendimento a PCDs, autistas e redes comunitárias do cuidado no Grande Recife e em todo o estado de Pernambuco.

Propostas

- » Proposição de legislação federal rigorosa contra a discriminação no serviço público, exigindo adaptações laborais para servidores com deficiência.
- » Destinação de recursos e verbas orçamentárias federais para a criação de centros integrados de atendimento a PCDs e pessoas neurodivergentes (como autistas).
- » Estruturação e fortalecimento das redes comunitárias de cuidado em Pernambuco e no Grande Recife.



MORADIA, URBANISMO E DIREITO À CIDADE

A moradia digna e o solo urbano não são mercadorias e jamais podem continuar submetidos à ganância da especulação imobiliária, dos fundos patrimoniais e das velhas oligarquias da construção civil. Ter uma casa segura, perto do trabalho, com saneamento, transporte e infraestrutura, é uma condição primária e inegociável para a sobrevivência e a reprodução da vida da classe trabalhadora. O Grande Recife e o estado de Pernambuco sentem na pele a violência do capital imobiliário, que expulsa o povo pobre para periferias desprovidas de serviços básicos a dezenas de quilômetros do centro, enquanto entrega edifícios históricos e terrenos públicos estratégicos para o lucro privado.

Não iremos a Brasília para fazer acordos com especuladores nem para financiar o lucro de empreiteiras com dinheiro público. Vamos para fazer o enfrentamento direto contra a especulação, barrar a entrega do patrimônio público, defender as ocupações urbanas e

colocar a força do orçamento federal a serviço da reconstrução das nossas cidades.

Eixo 1

ENQUADRAMENTO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA, FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E EXPROPRIAÇÃO DO SOLO URBANO

A terra e os imóveis não podem servir de ativos de especulação financeira enquanto trabalhadores dormem nas ruas ou comprometem a maior parte do seu salário no pagamento de aluguéis extorsivos. O nosso mandato defenderá a aprovação de uma Lei Nacional de Função Social da Propriedade que garanta a desapropriação sem indenização de mercado para terrenos e edifícios urbanos abandonados ou sem uso por mais de dois anos, transferindo esses bens diretamente para o Fundo Nacional de Habitação Popular.

Para conter a sangria na renda das famílias trabalhadoras,

pautaremos diretrizes federais para o congelamento e o tabelamento de aluguéis por bairros, coibindo aumentos abusivos e proibindo os despejos forçados contra famílias sem alternativa imediata de moradia.

Apoiaremos abertamente as ocupações de terras e prédios ociosos organizadas pelos movimentos populares, que cumprem o papel fundamental de dar destinação social ao solo que o capital abandona.

Propostas

- » Criação da Lei Nacional de Função Social da Propriedade para desapropriação, sem indenização de mercado, de imóveis urbanos abandonados ou ociosos há mais de dois anos.
- » Destinação direta dos imóveis desapropriados ao Fundo Nacional de Habitação Popular.
- » Definição de diretrizes federais para congelamento e tabelamento de aluguéis por bairros, impedindo aumentos

abusivos.

- » Proibição de despejos forçados contra famílias sem alternativa imediata de moradia.
- » Apoio institucional e político às ocupações organizadas por movimentos populares em terrenos e prédios ociosos.

Eixo 2

FIM DO SUBSÍDIO ÀS EMPREITEIRAS, CONSTRUÇÃO ESTATAL DIRETA E PARQUE PÚBLICO HABITACIONAL

O programa Minha Casa, Minha Vida foi transformado em um balcão de subsídios públicos para grandes construtoras, que enriquecem entregando moradias minúsculas e precárias longe de

toda a infraestrutura urbana. Defenderemos a reformulação radical da legislação habitacional federal para proibir a entrega de obras de moradia pública a empreiteiras privadas, instituindo a execução estatal direta gerida em parceria com cooperativas de trabalhadores da construção civil e movimentos populares.

Pautaremos a criação de um Programa Nacional de Aluguel Social baseado num parque habitacional 100% público, garantindo moradia com cobrança estritamente proporcional à renda, além de alterar a legislação do FGTS para permitir o uso integral do saldo em situações de emergência habitacional e parcelas em atraso, sem regras bancárias impostas de parcelamento obrigatório.

Propostas

- » Reformulação da legislação habitacional federal para proibir o repasse de obras de moradia pública a empreiteiras privadas.
- » Instituição da execução estatal direta das obras em parceria com cooperativas de trabalhadores e movimentos populares.
- » Criação do Programa Nacional de Aluguel Social baseado em um parque habitacional 100% público, com cobrança proporcional à renda.
- » Alteração das regras do FGTS para uso integral do saldo em casos de emergência habitacional e parcelas em atraso, sem regras bancárias



impostas de parcelamento.

Eixo 3

MORADIA DIGNA NO CENTRO DO GRANDE RECIFE, REATIVAÇÃO FERROVIÁRIA E INTEGRAÇÃO URBANA

A privatização do centro expandido do Recife é um crime contra o povo trabalhador, que vê prédios públicos de valor histórico serem repassados à iniciativa privada enquanto a população é varrida para as periferias. Nosso mandato atuará junto aos órgãos federais para proibir a venda do patrimônio da União no centro do Recife, exigindo a desapropriação e reforma desses imóveis para habitação de interesse social.

No campo da mobilidade e do território, lutaremos contra o abandono do ramal ferroviário que ligaria Pernambuco ao restante do Nordeste, pautando verbas federais para a reconstrução e reativação da malha ferroviária pública de passageiros e cargas, reconectando as periferias aos centros urbanos de forma barata, rápida e sustentável.

Propostas

» Proibição da alienação e privatização do patrimônio da União no centro expandido do Recife.

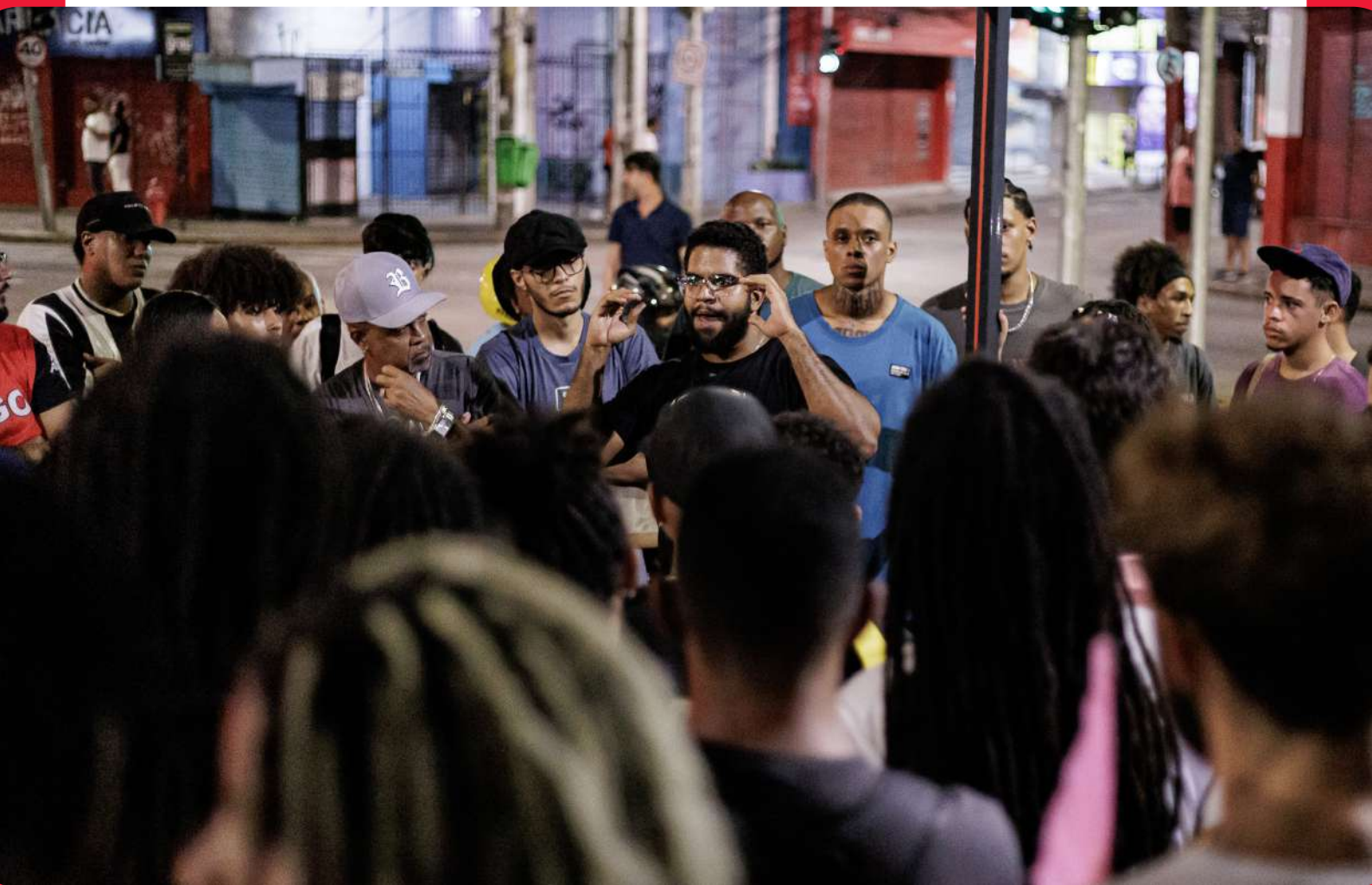
» Exigência de desapropriação e reforma dos prédios públicos federais na região central para conversão em habitação de interesse social.

» Destinação de recursos federais para a reconstrução e reativação da malha ferroviária pública de passageiros e cargas em Pernambuco e no Nordeste.

Eixo 4

URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS, PREVENÇÃO DE DESASTRES E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA POPULAR

As tragédias provocadas pelas chuvas nos morros e alagamentos de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes são fruto direto do descaso do Estado com a vida da classe trabalhadora. Em maio de 2022 foram registradas 133 mortes nestas cidades, a maioria em deslizamentos





de encostas¹. Defenderemos a aprovação de um Plano Nacional de Cidades Resilientes e Urbanização Integral de Favelas, garantindo a destinação prioritária do Orçamento da União para obras definitivas de contenção de encostas, drenagem de canais, saneamento e abertura de vias públicas que erradiquem as moradias precárias e estructurem bairros dignos.

No interior do estado, a exemplo de demandas vindas de Triunfo, atuaremos pelo financiamento federal para a doação ou concessão a juros zero de kits de microgeração solar para famílias de baixa renda, aliviando a conta de luz dos trabalhadores e impulsionando uma transição energética popular.

Propostas

- » Aprovação do Plano Nacional de Cidades Resilientes e Urbanização

¹ Instituto Fala: "Recife, Jaboatão e Olinda dois anos após as chuvas de 2022": <https://institutofala.org.br/2024/12/10/recife-2022-tragedia-chuvas/>

Integral de Favelas.

- » Destinação prioritária do Orçamento da União para obras definitivas de contenção de encostas, drenagem de canais, saneamento e infraestrutura em áreas de risco.

- » Financiamento federal para doação ou concessão a juros zero de kits de microgeração solar para famílias de baixa renda (com prioridade para municípios do interior, como Triunfo).

Eixo 5

ACESSIBILIDADE UNIVERSAL ANTICAPACITISTA E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA POPULAR

A cidade não pode continuar sendo um espaço de exclusão e barreira para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Defenderemos leis federais rígidas que exijam acessibilidade universal e adaptação arquitetônica plena em todos os projetos habitacionais e espaços públicos financiados

com verbas da União. No plano da justiça fiscal urbana, o mandato proporá diretrizes federais para a isenção total de IPTU para famílias com renda de até dois salários mínimos em Olinda, Recife e demais cidades pernambucanas, cobrando o imposto de forma pesada e progressiva no tempo sobre os grandes terrenos ociosos mantidos pela especulação imobiliária.

Propostas

- » Aprovação de legislação federal exigindo acessibilidade universal e adaptação arquitetônica plena em todos os projetos habitacionais e espaços públicos financiados com verbas da União.
- » Fixação de diretrizes federais para isenção total de IPTU para famílias com renda de até dois salários mínimos.
- » Cobrança progressiva de IPTU no tempo sobre grandes terrenos ociosos mantidos pela especulação imobiliária.



SEGURANÇA PÚBLICA, ANTIRRACISMO E COMBATE À VIOLÊNCIA POLICIAL

A segurança pública sob o capitalismo tornou-se instrumento de repressão, controle social e genocídio da juventude negra, periférica e das mulheres. O modelo militarizado da “guerra às drogas” serve de pretexto para operações letais nas favelas de Pernambuco e promove o encarceramento em massa da nossa população, enquanto os barões do crime e da lavagem de dinheiro no sistema financeiro seguem impunes. A classe trabalhadora do Grande Recife e de todo o estado sofre tanto com o abandono urbano quanto com a violência do próprio Estado.

Não aceitaremos a demagogia penal: enfrentaremos o braço armado do capital, pautaremos a desmilitarização da segurança, o fim do modelo de “guerra às drogas”, o combate à impunidade policial e o fortalecimento da rede de proteção às mulheres com a abertura de Delegacias Especializadas (DEAMs) 24 horas e Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCAs) no interior do estado, colocando os

recursos federais a serviço da prevenção social, do urbanismo vivo e do Poder Popular.

Eixo 1

DESMILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA, FIM DOS AUTOS DE RESISTÊNCIA E CONTROLE POPULAR DA POLÍCIA

A estrutura militarizada das forças de segurança é um entulho autoritário voltado ao combate do próprio povo periférico e trabalhador. Defenderemos no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que promova a desmilitarização da polícia, desvinculando-a do Exército e estruturando uma gestão civil, democrática e comunitária.

Pautaremos a extinção imediata da aberração jurídica dos “autos de resistência”, exigindo que toda morte ou truculência em operação seja investigada por órgãos civis independentes.

Apresentaremos legislação

federal para tornar obrigatório o uso de câmeras corporais com gravação ininterrupta sob pena de afastamento e punição criminal imediata dos agentes em caso de descumprimento. Para combater o racismo institucional e a violência policial nas abordagens, criaremos os Conselhos Populares de Segurança com poder deliberativo e fiscalizador, compostos por mães de vítimas, moradores das periferias e movimentos sociais.

Propostas

- » Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para a desmilitarização das polícias, desvinculando-as do Exército e instituindo uma gestão civil e democrática.
- » Extinção imediata da figura jurídica dos “autos de resistência”, com investigação obrigatória de mortes em operações por órgãos civis independentes.
- » Legislação federal para obrigatoriedade de câmeras corporais com gravação inin-

terrupta, sob pena de afastamento e punição criminal em caso de descumprimento.

» Criação dos Conselhos Populares de Segurança, com poder deliberativo e fiscalizador, composto por mães de vítimas, moradores da periferia e movimentos sociais.

Eixo 2

FIM DO MQDELO DE “GUERRA ÀS DROGAS”, DESENCARCERAMENTO DA JUVENTUDE NEGRA E DE MULHERES

O falido modelo de “guerra às drogas” atua precipuamente como política de extermínio e máquina de encarceramento da juventude negra, trabalhadora e de mulheres das periferias. O nosso mandato lutará no Congresso Nacional pela descriminalização e legalização regulada das substâncias, transferindo o debate do código penal para a rede de saúde pública, acolhimento e redução de danos. Pautaremos leis de desencarceramento em massa para anistiar e libertar pessoas presas sem violência por pequeno tráfico ou crimes famélicos, impedindo que jovens e mulheres chefes de família continuem sendo empilhados em presídios. Exigiremos que o aparato de inteligência da Polícia Federal foque o combate aos barões do colarinho branco e à lavagem de dinheiro no sistema financeiro.

Propostas

» Descriminalização e legalização regulada de substâncias, tratando a questão no âmbito

da saúde pública, acolhimento e redução de danos.

» Aprovação de leis para desencarceramento em massa e anistia para pessoas presas sem violência por pequeno tráfico ou crimes famélicos.

» Redirecionamento da inteligência da Polícia Federal para o combate aos crimes de colarinho branco e lavagem de dinheiro no sistema financeiro.

Eixo 3

FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DAS MULHERES: DEAMS 24H E DPCAs NO INTERIOR

A violência patriarcal e a misoginia atingem as mulheres trabalhadoras de forma devastadora, especialmente fora dos grandes centros urbanos, onde a omissão estatal é crônica. O nosso mandato atuará pela alteração das diretrizes do Fundo Nacional de Segurança Pública e apresentará emendas ao orçamento federal, exigindo a expansão da rede física de proteção às mulheres e crianças no estado de Pernambuco.

Pautaremos a priorização orçamentária para a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) 24 horas e de Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCAs) no Agreste, no Sertão e na Zona da Mata, fortalecendo a luta por atendimento humanizado, assistência jurídica integral e acolhimento seguro.

Propostas

» Alteração das diretrizes do Fundo Nacional de Segurança Pública e alocação de emendas orçamentárias para expansão da rede física de proteção em Pernambuco.

» Priorização orçamentária para a criação e funcionamento ininterrupto de DEAMs 24h e DPCAs no Agreste, no Sertão e na Zona da Mata.

» Garantia de atendimento humanizado, assistência jurídica integral e acolhimento seguro para mulheres e crianças.

Eixo 4

DESENCARCERAMENTO SEM PRIVATIZAÇÃO, FIM DA CARCERAGEM-EMPRESA E JUSTIÇA RESTAURATIVA

O sistema prisional privatizado ou terceirizado transforma a tortura e a privação de liberdade em fonte de lucro corporativo. Defenderemos a proibição nacional da privatização e gestão terceirizada de presídios, barrando o modelo de carceragem-empresa que lucra com a quantidade de corpos encarcerados. Nosso mandato pautará a obrigatoriedade da aplicação de penas alternativas, assistência jurídica integral gratuita e a expansão de programas estatais de justiça restaurativa mediada pelas comunidades, redirecionando verbas federais da segurança para a reintegração social, educação e capacitação profissional da nossa classe.



Propostas

- » Proibição nacional da privatização e da gestão terceirizada do sistema prisional.
- » Obrigatoriedade da aplicação de penas alternativas e garantia de assistência jurídica integral e gratuita.
- » Expansão de programas estatais de justiça restaurativa

mediada pelas comunidades, com redirecionamento de verbas federais para reintegração social, educação e capacitação profissional.

Eixo 5

DESMEDICALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIAS DE SAÚDE MENTAL E ATENDIMENTO HUMANIZADO

Forças policiais armadas e preparadas para o confronto jamais devem ser deslocadas para responder a crises de saúde mental ou surtos psíquicos. Apresentaremos diretrizes nacionais que proibam o atendimento policial nessas ocorrências, transferindo a responsabilidade para equipes multiprofissionais da saúde pública, SAMU, CAPS e CRAS. Nosso mandato

atuará firmemente na disputa do orçamento público para viabilizar o fortalecimento do atendimento psicológico e social comunitário, humanizando o cuidado e protegendo vidas em momentos de extrema vulnerabilidade.

Propostas

- » Proibição da atuação de forças policiais armadas em ocorrências de crises de saúde mental e surtos psíquicos.
- » Transferência do atendimento de emergências psiquiátricas para equipes multiprofissionais da saúde pública (SAMU, CAPS e CRAS).
- » Fortalecimento do financiamento para atendimento psicológico e social comunitário humanizado.

Eixo 6

URBANISMO VIVO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, JUVENTUDE E PREVENÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA

A verdadeira prevenção da violência não se faz com aumento de blindados ou armamento pesado nas ruas, mas com a transformação profunda da infraestrutura urbana e a garantia de horizontes para a juventude periférica. Lutaremos por recursos federais destinados a intervenções urbanísticas no Grande Recife e em todo Pernambuco que promovam ambientes vivos, iluminação pública de qualidade, recuperação de praças e espaços de convivência ocupados pela comunidade. Exigiremos que as verbas da segurança pública

sejam massivamente direcionadas para programas sociais periféricos, escolas de tempo integral, centros de esporte, cultura e geração de empregos, retirando a juventude da linha de tiro do Estado e do crime organizado.

Propostas

- » Destinação de recursos federais para intervenções urbanísticas, iluminação pública de qualidade e recuperação de praças no Grande Recife e no interior.
- » Direcionamento de verbas da segurança para programas sociais periféricos, escolas de tempo integral, centros de esporte, cultura e geração de empregos.

Eixo 7

ASFIXIA FINANCEIRA DE FACÇÕES, COMBATE ÀS MILÍCIAS E FIM DA GUERRA CONTRA OS POBRES

O combate ao crime organizado precisa, necessariamente, ser articulado a partir do fechamento de canais de financiamento dessas organizações. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública estimam que grupos criminosos movimentam cerca de R\$146,8 bilhões por ano em mercados legais, principalmente na venda de combustíveis e bebidas¹. Entendemos que o enfrenta-

¹ Fonte Segura / FBSP: "Rastreamento de produtos e enfrentamento ao crime organizado no Brasil: uma agenda de Estado". <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/rastreamento-de-produtos-e-enfrentamento-ao-crime-organizado-no-brasil-uma-agenda-de-estado/>

mento a esses grupos deve ser realizado através da asfixia das fontes de financiamento. Ou seja, o combate real ao crime organizado é investigação patrimonial, quebra de sigilo dos sócios ocultos, regulação de fintechs e fundos, confisco de bens e prisão de empresários, banqueiros e agentes públicos que operam a lavagem.

Propostas

- » Identificação obrigatória do beneficiário final e fiscalização rigorosa de fintechs, meios de pagamento, fundos de investimento e criptoativos, com responsabilização das instituições financeiras que operam a lavagem.
- » Restabelecimento da tributação sobre as apostas esportivas retirada do texto do PL Antifacção, com destinação integral ao Fundo Nacional de Segurança Pública e às políticas de prevenção social.
- » Confisco ampliado dos bens e ativos do crime organizado, com destinação social obrigatória e transparente para as comunidades atingidas.
- » Enfrentamento às milícias e à exploração armada de serviços urbanos (gás, internet, transporte e loteamento), com responsabilização dos agentes públicos e políticos que as sustentam.
- » Rastreamento obrigatório de armas e munições, com marcação lote a lote, auditoria permanente de indústrias, importadoras e lojas e responsabilização das empresas cujos produtos abastecem o crime organizado e as milícias.

7



SOBERANIA NACIONAL E DEFESA DAS RIQUEZAS DO POVO

A soberania nacional sob o capitalismo dependente é rifada pela entrega dos nossos minerais, patrimônio energético e dados ao imperialismo, condenando o Nordeste à condição de colônia fornecedora de matéria-prima. No Grande Recife e em Pernambuco, isso se reflete na desindustrialização do Porto de Suape, na dependência farmacêutica e no sucateamento estatal. Não aceitaremos a tutela dos bancos nem a pilhagem das nossas riquezas: pautaremos a revogação das privatizações, a reestatização dos setores estratégicos, a soberania digital e mineral e o controle popular sobre as riquezas de Pernambuco e do Brasil.

Eixo 1

REESTATIZAÇÃO DOS SETORES ESTRATÉGICOS, FIM DAS PRIVATIZAÇÕES E CONTROLE OPERÁRIO

A entrega de empresas públicas essenciais, como a Eletrobras, refinarias de petróleo e malhas logísticas,

dilapidou o patrimônio público e transferiu o controle das tarifas para a ganância de acionistas privados. Defendemos a apresentação e aprovação de Projetos de Lei e Emendas Constitucionais que revoguem os marcos legais de desestatização, garantindo a reestatização integral e sem indenização de todas as empresas estratégicas de energia, água, saneamento, transportes e comunicações.

Na Câmara dos Deputados, lutaremos pela proibição da alienação de ativos públicos federais e pela criação de Conselhos de Gestão Pública e Popular com participação direta dos trabalhadores e da sociedade civil, garantindo que o controle das riquezas estratégicas permaneça firmemente sob soberania estatal.

Propostas

» Apresentação e aprovação de Projetos de Lei e Emendas Constitucionais para revogação dos marcos legais de desestatização.

» Reestatização integral e sem indenização de empresas estratégicas de energia, água, saneamento, transportes e comunicações.

» Proibição da alienação de ativos públicos federais.

» Criação de Conselhos de Gestão Pública e Popular com participação direta dos trabalhadores do setor energético e da sociedade civil.

Eixo 2

SOBERANIA MINERAL, PROTEÇÃO DAS TERRAS RARAS E FUNDO SOBERANO DE TRANSIÇÃO ECOLÓGICA ENERGÉTICA

O subsolo brasileiro e as reservas de minerais estratégicos, como as terras raras e o lítio, são base para a construção de tecnologias ligadas à indústria de energia renovável e ao setor de defesa militar. No atual contexto geopolítico, estão sob assédio predatório de transnacionais e potências imperialistas que buscam privatizar a transição

ecológica e impulsionar uma nova corrida armamentista à custa do sacrifício socio-ambiental das nossas terras e povos. Defendemos a alteração do Código de Mineração para proibir a exportação de minérios estratégicos in natura sem o devido processamento industrial e tecnológico no Brasil.

Pautaremos a criação do Fundo Soberano de Transição Ecológica e Mineral, alimentado pelas alíquotas de royalties sobre o Pré-Sal e a mineração, vinculando obrigatoriamente esses recursos à industrialização nacional com uma matriz energética menos poluente e à preservação ambiental. A decisão sobre a exploração mineral deve levar em consideração, de forma central, a territorialização dos minerais e as condições socioeconômicas das populações que habitam o território. Quando em presença de povos e comu-

nidades tradicionais, deve-se respeitar os protocolos de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) e estabelecer um diálogo que priorize a voz das comunidades, com transparência e possibilidade de veto. Pautaremos a reestatização da Eletrobras e a realização de um novo planejamento energético nacional com ampla participação popular, envolvendo sindicatos, movimentos sociais e representações de povos e comunidades tradicionais, sobretudo aqueles e aquelas atingidos pelos grandes projetos de infraestrutura energética.

Defenderemos ainda a paralisação da expansão desenfreada de grandes complexos de geração de energia dita renovável (eólica, solar), de Usinas de “Hidrogênio Verde” e de Data Centers de propriedade das grandes big techs imperialistas. A produção energética no Brasil deve atender aos

interesses do povo brasileiro e não das grandes corporações e dos países centrais do capitalismo. No caso de Pernambuco, articularemos financiamentos federais estruturais para que os complexos industriais do estado processem e desenvolvam tecnologia de ponta em solo nacional.

Propostas

» Alteração do Código de Mineração para proibir a exportação in natura de minérios estratégicos (como terras raras e lítio) sem processamento industrial no país.

» Criação do Fundo Soberano de Transição Ecológica e Mineral, alimentado por royalties do Pré-Sal e da mineração para financiar a industrialização nacional.

» Exigência de respeito aos protocolos de consulta (CLPI) com transparência e poder de



veto para povos e comunidades tradicionais afetados por projetos minerários.

» Reestatização da Eletrobras e elaboração de um novo planejamento energético nacional com participação de sindicatos, movimentos sociais e atingidos por barragens.

» Paralisação da expansão de grandes complexos privados de energia eólica, solar, Usinas de Hidrogênio Verde e Data Centers de big techs multinacionais.

Eixo 3

FORTALECIMENTO DO POLO INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO, DA SUAPE E DA REFINARIA ABREU E LIMA

O Complexo Industrial Portuário de Suape e a Refinaria Abreu e Lima (RNEST) foram alvos diretos da política de desindustrialização e entrega ao mercado privado. O nosso mandato atuará na linha de frente em Brasília para garantir o investimento maciço da Petrobras e do governo federal no encadeamento produtivo da RNEST, exigindo o cancelamento de qualquer fatiamento de seus ativos e garantindo a conclusão de suas unidades de processamento de forma 100% estatal.

Pautaremos a priorização de investimentos do BNDES para a reindustrialização do setor naval, químico e de energia no Porto de Suape, garantindo estabilidade empregatícia, salários dignos, fim da terceirização precarizada

e uso de conteúdo nacional nas compras públicas. Além disso, é fundamental que o planejamento e a operação das atividades no Complexo de Suape tenham como premissa a garantia dos direitos das comunidades de pescadores artesanais, marisqueiras e quilombolas aos seus territórios e à manutenção dos seus modos de vida.

Propostas

» Investimento massivo da Petrobras e do governo federal para a conclusão e operação 100% estatal das unidades de processamento da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).

» Cancelamento de qualquer tentativa de fatiamento ou venda de ativos da RNEST.

» Priorização de financiamentos do BNDES para reindustrialização dos setores naval, químico e energético no Porto de Suape, exigindo uso de conteúdo nacional e fim da terceirização.

» Garantia dos direitos territoriais e dos modos de vida de comunidades de pescadores artesanais, marisqueiras e quilombolas no planejamento de Suape.

Eixo 4

SOBERANIA FARMACÊUTICA E REESTRUTURAÇÃO PÚBLICA DO LAFEPE COM RECURSOS FEDERAIS

A dependência externa na importação de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) vulnerabiliza o SUS e coloca

em risco a vida da população pobre que depende de medicamentos básicos. Defenderemos a inclusão do Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (LAFEPE) no Plano Nacional de Autonomia Farmacêutica e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Apresentaremos projetos para canalizar repasses do Orçamento da União destinados à modernização tecnológica e expansão da capacidade produtiva do LAFEPE como verdadeira indústria estatal. Essa medida garantirá a fabricação própria de medicamentos para doenças negligenciadas, insulina e fármacos de alto custo em Pernambuco, quebrando a ditadura de patentes e os preços extorsivos praticados pela indústria farmacêutica privada internacional.

Propostas

» Inclusão do Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (LAFEPE) no Plano Nacional de Autonomia Farmacêutica e no Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

» Canalização de repasses do Orçamento da União para modernização tecnológica e expansão da capacidade produtiva do LAFEPE como indústria estatal.

» Fabricação pública de medicamentos para doenças negligenciadas, insulina e fármacos de alto custo para quebrar patentes e reduzir a dependência externa de IFAs.

Eixo 5

SOBERANIA DIGITAL, PROTEÇÃO DE DADOS E INFRAESTRUTURA PÚBLICA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A submissão tecnológica do Brasil aos oligopólios das grandes empresas estrangeiras de tecnologia ameaça a soberania dos dados nacionais, a infraestrutura crítica, a segurança cibernética e a integridade do debate público. O nosso mandato defenderá no Congresso Nacional uma política radical de soberania digital e de dados públicos.

Propomos a criação de leis federais para regulamentar o desenvolvimento e o uso de Inteligência Artificial, exigindo auditoria pública contra vieses discriminatórios, combate ostensivo à desinformação, proteção trabalhista dos criadores de conteúdo e taxação rigorosa das grandes plataformas digitais.

Exigiremos que os dados dos cidadãos e das instituições públicas brasileiras sejam armazenados em infraestruturas e servidores de nuvem pública nacional, fortalecendo as empresas estatais de Tecnologia da Informação e fomentando ecossistemas públicos de inovação nas universidades públicas pernambucanas.

Propostas

» Aprovação de legislação federal para regulamentação do desenvolvimento e uso de IA, prevendo auditoria contra vieses discriminatórios, combate à desinformação e taxação de

big techs.

» Garantia de proteção trabalhista e direitos para criadores de conteúdo digital.

» Armazenamento obrigatório de dados públicos e de cidadãos em infraestruturas e servidores de nuvem pública nacional, fortalecendo empresas estatais de TI e ecossistemas universitários.

Eixo 6

FIM DA AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL, ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DO CRÉDITO E UMA POLÍTICA MONETÁRIA A SERVIÇO DA SOBERANIA NACIONAL

A soberania das riquezas nacionais é diariamente sangrada pelo pagamento da famigerada Dívida Pública, um mecanismo brutal de transferência de recursos da classe trabalhadora para os cofres dos grandes bancos e especuladores. Defendemos o fim da autonomia do Banco Central e a proibição de que agentes do mercado financeiro e dos bancos participem do Copom (Comitê de Política Monetária). Pautamos a atuação do Banco Central em toda a curva de juros, a ampliação do Conselho Monetário Nacional com participação de sindicatos, acadêmicos, movimentos populares e representação da economia real, o mandato duplo no Banco Central (perseguir a menor taxa de inflação a pleno emprego) e uma baixa consistente da taxa Selic (taxa básica de juros da economia).

Também é indispensável

o desmonte do cartel bancário, colocando a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e demais bancos públicos para competir de fato e reduzir as taxas de juros e o spread bancário, avançar na luta pela estatização de todo o crédito e do sistema financeiro e recriar os bancos estaduais de desenvolvimento subordinados a metas de desenvolvimento produtivo, tecnológico, geração de empregos com bons salários e condições de trabalho, preservação e recuperação ambiental e enfrentamento às desigualdades de renda, riqueza e propriedade.

Propostas

» Fim da autonomia do Banco Central.

» Proibição de agentes do mercado financeiro e dos bancos de participarem do Copom.

» Ampliação do Conselho Monetário Nacional para garantir a participação da classe trabalhadora em suas diversas expressões.

» Revogação do arcabouço fiscal e de todas as travas orçamentárias federais.

» Retirada dos bancos públicos do cartel bancário, avanço na estatização dos bancos e do sistema financeiro, mandato duplo para o Banco Central e atuação do BC em toda a curva de juros.

» Recriação dos bancos estaduais de desenvolvimento com metas de desenvolvimento tecnológico, produtivo, geração de emprego etc.



DEFESA NACIONAL E QUESTÃO MILITAR

A Defesa Nacional no Brasil é cercada de silêncio: o do campo popular, que só a discute em momentos de crise, e o do próprio Estado, que entrega às Forças Armadas o monopólio da formulação sobre quase tudo o que importa no tema. Esse silêncio não é neutro. Ele blinda uma estrutura militar autonomizada, socialmente aristocrática e historicamente hostil à democracia, e reduz a soberania a jargão orçamentário. Acreditamos que não há soberania sem planejamento estratégico centralizado, controle civil real, ruptura da dependência tecnológica e industrial externa e fim da austeridade fiscal que inviabiliza qualquer investimento público de longo prazo. Nosso mandato levará esse debate para fora dos quartéis e para dentro da classe trabalhadora, pautando na Câmara a subordinação das Forças Armadas ao poder civil e um projeto de defesa a serviço do povo brasileiro.

Eixo 1

A BOMBA ATÔMICA BRASILEIRA

Defendemos que o Brasil desenvolva capacidade nuclear própria, incluindo o artefato bélico, como instrumento legítimo de dissuasão estratégica e de afirmação de soberania frente às grandes potências. Não partimos do zero: o programa nuclear conduzido em segredo pelas três Forças a partir dos anos 1970 dominou o enriquecimento de urânio por ultracentrifugação já em 1982. Essa capacidade foi erroneamente desmontada após a redemocratização, mas a competência técnica sobrevive no Programa Nuclear da Marinha, responsável pelo enriquecimento que abastecerá o futuro submarino de propulsão nuclear brasileiro e pelo projeto de nacionalização completa do ciclo do combustível.

Reconhecemos que a saída do Brasil do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e do Tratado de Tlatelolco é juridicamente prevista. O artigo X do próprio TNP assegura a qualquer Estado-parte o direito de denunciá-lo quando julgar que “acontecimentos

extraordinários” puseram em perigo “os interesses supremos de seu país”. Esse mecanismo já foi acionado antes e, apesar da enorme pressão diplomática que gera, provou-se jurídica e politicamente válido. Isso não se confunde com a defesa da proliferação irrestrita: o perigo para a vida no planeta é o arsenal acumulado pelas grandes potências, nomeadamente Estados Unidos e Rússia, e não o direito dos países dependentes de se armarem para a própria defesa.

A bomba atômica, porém, não é um fim em si. Defendê-la isoladamente, sem o fim do teto de gastos, sem planejamento econômico soberano e sem a reformulação doutrinária das Forças Armadas, é reproduzir o fetichismo da técnica que move tanto o discurso militarista quanto o discurso vazio de quem se opõe à proposta sem enfrentar as causas reais da fraqueza brasileira. Por isso condicionamos a mudança da política nuclear ao fim da austeridade fiscal, única forma de susten-

tar um planejamento de longo prazo em ciência, tecnologia e defesa.

Propostas

» Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição alterando o artigo 21, inciso XXIII, para autorizar o desenvolvimento de armas nucleares brasileiras com fins dissuasórios, sob supervisão de um órgão organizado para esse fim e vinculado ao Ministério da Defesa;

» Incentivo a um grande debate nacional sobre a retirada do Brasil do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), com base no artigo X do próprio tratado, e do Tratado de Tlatelolco, com vistas a restabelecer a soberania plena do país sobre suas atividades nucleares;

» Reativação e expansão de um programa nuclear nacional para fins civis e militares, a partir da capacidade técnica já existente e preservada no interior do Programa Nuclear da Marinha.

Eixo 2

O PAPEL DO MINISTÉRIO DA DEFESA E DOS COMANDOS DE FORÇA

Criado sob a promessa de garantir o “controle civil sobre as Forças Armadas”, o Ministério da Defesa (MD) opera, desde 1999, muito mais como representação dos interesses militares dentro dos governos do que como formulador e condutor da política de defesa. Não é incomum que os postulantes ao cargo

enfrentem forte lobby e veto informal dos comandos.

Mesmo sem status oficial de ministros, os comandantes conservam prerrogativas ministeriais: a Lei Complementar nº 97/1999 preservou canais diretos de comunicação com a Presidência e manteve a autonomia administrativa, financeira e de gestão de projetos de cada Força. Na prática, o MD e os órgãos econômicos do Executivo decidem quanto cada Força receberá, mas não como o dinheiro será gasto: essa “autonomia das compras” deixa a escolha e a aquisição de equipamentos com cada Força, cabendo ao ministério apenas referendá-las.

O mesmo se repete no planejamento estratégico. Em vez de o MD ditar as diretrizes geopolíticas e operacionais, são os Estados-Maiores que formulam doutrinas, prioridades de dissuasão e necessidades tecnológicas, sob a blindagem da “especificidade técnica militar”, e ao ministério resta homologar tardiamente, esvaziado de poder real sobre a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, não um formulador do pensamento estratégico do Estado, mas um cartório homologador, uma embaixada das vontades militares.

Essa autonomia se estende ao Congresso e à segurança pública. Cada Força mantém seu próprio Sistema de Assessoramento Parlamentar, ligado ao gabinete dos comandantes e independente do MD: são mais de cem militares dedicados à função, contra treze servidores na

assessoria do ministério: um escritório de lobby militar dentro do Congresso, com episódios de pressão direta sobre parlamentares¹. Desde 1967, a Inspeção-Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Exército montado sob a Doutrina de Segurança Nacional da ditadura, coordena, controla e fiscaliza as PMs e os Corpos de Bombeiros de todo o país, uniformizando treinamento, armamento e critérios de promoção e mantendo poder de veto sobre sua organização.

Por fim, a ausência de uma força federal armada de caráter civil leva sucessivos governos a empregar as Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), segurança pública, fronteiras e eventos, que são tarefas alheias à defesa externa, desgastam as Forças e reforçam seu protagonismo político-corporativo. Pautaremos a subordinação integral dos comandos ao poder civil: quem decide o orçamento, as compras e a doutrina da defesa nacional deve ser o Estado, sob controle público, e não a corporação militar.

Propostas

» Alteração da Lei Complementar nº 97/1999 para extinguir o status ministerial informal dos comandantes e os canais diretos de comunicação com a Presidência, centralizando no ministro da

¹ Agência Brasil: “Lobby militar nos parlamentos fere democracia, alertam especialistas”: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/lobby-militar-nos-parlamentos-fere-democracia-alertam-especialistas>

Defesa toda decisão orçamentária, de compras e de pessoal.

» Ampliação do quadro de Analistas Técnicos de Justiça e Defesa (ATJD) por concurso público e reserva de no mínimo 50% dos cargos de direção das secretarias de orçamento, compras e planejamento do MD a servidores

civis de carreira.

» Criação de uma Agência Centralizada de Aquisições de Defesa subordinada ao corpo civil do MD, no lugar das três diretorias de compras das Forças.

» Extinção do Sistema de Assessoramento Parlamentar

das Forças Armadas, com transferência da função a assessores civis de carreira do Ministério da Defesa.

» Desmilitarização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros e transferência das atribuições da IGPM para um órgão civil subordinado ao MD.



» Criação de uma força armada federal de caráter civil, com quadro próprio e subordinada ao Ministério da Defesa, para pôr fim ao emprego das Forças Armadas em operações de GLO.

Eixo 3

NECESSIDADES E DEMANDAS DA DEFESA NACIONAL NO MEIO CIVIL

Para que a Defesa deixe de ser um tema de quartéis e passe a ser um tema do povo, é preciso construir uma cultura de defesa e uma visão estratégica de médio e longo prazo compartilhada pela população. Enquanto o assunto circular apenas entre militares e especialistas, o monopólio das Forças Armadas sobre a formulação seguirá intacto, e é exatamente esse monopólio que sustenta tudo o que denunciamos nos eixos anteriores.

Essa distância aparece também no despreparo social diante de desastres. O país conta com uma rede de Núcleos Comunitários de Defesa Civil formada por voluntários, mas é uma estrutura fragmentada, organizada município a município e sem integração sistemática, o que limita drasticamente a capacidade nacional de resposta rápida a tragédias de maior escala. Com a crise climática, esse despreparo custa vidas todos os anos, sobretudo as vidas de quem mora nos morros e nas periferias.

Falta ainda ao Brasil uma política unificada de formação em Defesa, aberta ao

conjunto da sociedade. A Argentina mantém desde 1952 o Curso Superior de Defesa Nacional, hoje vinculado à Universidad de la Defensa Nacional (UNDEF), que forma civis e militares em geopolítica, estratégia e relações internacionais. Defendemos estrutura equivalente, para que a formação em Defesa deixe de estar pulverizada nos currículos internos de cada Força e passe a ter um espaço público, aberto e transversal.

Propostas

» Criação de uma secretaria no Ministério da Defesa responsável por uma política permanente de popularização da Defesa Nacional, com eventos, formação e comunicação dirigidos ao conjunto da sociedade.

» Criação de uma Política Nacional de Preparo Civil para Desastres, integrando voluntários, empresas, funcionalismo público, escolas, universidades e institutos federais por áreas de resposta (logística, alimentação, primeiros socorros) e tratando a defesa civil como parte da Defesa Nacional.

» Criação de um Curso de Defesa Nacional aberto ao público e vinculado ao MD, como primeiro passo para uma Universidade de Defesa Nacional que centralize a formação hoje dispersa entre as Forças.

Eixo 4

REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

A autonomia das Forças se cristaliza na manutenção de três Estados-Maiores inteiramente apartados. Em vez de o Brasil planejar sua soberania de forma integrada, Exército, Marinha e Aeronáutica competem internamente por recursos e desenvolvem doutrinas e projetos redundantes. O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), criado em 2010 para unificar o planejamento, foi politicamente esvaziado e reduzido a instância decorativa. Sem autoridade sobre prioridades orçamentárias e aquisições, esse modelo impede o pensamento estratégico unificado, perpetua a desconexão tática entre as Forças, desperdiça recursos públicos e concentra poder político nos comandantes.

As deficiências materiais são conhecidas e graves. O Brasil tem mais de 7 mil quilômetros de fronteira marítima e uma única esquadra, sediada em Niterói: uma agressão no saliente nordestino, uma ameaça sobre o pré-sal ou um bloqueio na foz do Amazonas exigiriam que todos os principais navios de guerra partissem do mesmo ponto, cruzando milhares de quilômetros de costa desprotegida. O país também não dispõe de mísseis antiaéreos de média e alta altitude: acima de 5 mil metros, não há como derrubar do solo uma aeronave hostil, e a aquisição do sistema EMADS para a unidade de Jundiá corrige o problema em apenas um ponto do território.

Esse debate é convenientemente reduzido a uma questão orçamentária, com o jargão dos “2% do PIB para a

Defesa”, enquanto atualmente o setor consome entre 1% e 1,1%², no lugar da discussão sobre o que se compra, de quem se compra e por quê. Levantamento do Instituto Internacional de Pesquisa para a paz de Estocolmo (SIPRI) mostra que, entre 1950 e 2024, mais da metade das importações militares brasileiras veio de dois países, Estados Unidos (29,3%) e Reino Unido (23,7%), e que mesmo no período de maior diversificação (2000-2019) 95,7% vieram da OTAN e de seus parceiros³. Comprar mais sem alterar essa matriz aprofunda a dependência, porque cada sistema importado nos amarra às peças, à manutenção e à expertise do país vendedor. O problema não é a falta de recursos, mas sim a falta de uma concepção estratégica para gerenciá-los.

A estrutura é também socialmente aristocrática. O ingresso nas academias militares (AMAN, EN, AFA) se dá por concurso direto, disputado por jovens com acesso às escolas preparatórias das Forças ou com tempo e recursos para se preparar depois do ensino médio. Do outro lado, milhares de jovens trabalhadores cumprem o Serviço Militar Obrigatório ou seguem como Praças, adiando a própria for-

mação para servir ao país, sem que isso lhes abra caminho à carreira de oficial. O resultado é uma concorrência desigual e um aristocratismo que se reproduz na composição social do corpo de oficiais.

A essa desigualdade soma-se a de gênero: no Exército, mulheres que ingressam na AMAN só podem optar por Intendência, Material Bélico e Comunicações, vedado o acesso às armas de combate direto como infantaria, artilharia, cavalaria e engenharia. Sob a justificativa de entraves logísticos e de uma transição “gradual”, o Alto Comando mascara a resistência à mudança e mantém um teto informal que impede as mulheres de chegarem ao topo da carreira. Permanece ainda uma mentalidade autoritária e antidemocrática, alimentada pelos currículos e pela cultura institucional das academias, que funcionam como redutos de socialização ideológica alinhados à extrema direita.

Pautaremos a reestruturação das Forças Armadas em três frentes inseparáveis: comando unificado sob direção civil, ruptura da dependência externa e democratização do acesso à carreira militar, com controle público sobre a formação dos oficiais.

Propostas

» Apresentação de Projeto de Lei Complementar transferindo dos Estados-Maiores das Forças Singulares para o Estado-Maior Conjunto (EMCFA) o poder decisório sobre projetos estratégicos, com interoperabilidade obri-

gatória em toda simulação de conflito, aquisição de plataformas de combate e planejamento de defesa das fronteiras e da Amazônia.

» Descentralização do poder naval, com criação de uma segunda base de esquadra no Nordeste, e implantação de defesa antiaérea de média e alta altitude em pontos estratégicos do território nacional.

» Política de substituição de importações na Defesa, com prioridade de compra à indústria nacional, exigência de transferência de tecnologia em todo contrato internacional e redução planejada da dependência de fornecedores da OTAN.

» Reserva de 50% das vagas das academias militares (AMAN, EN, AFA) a quem cumpriu o Serviço Militar Obrigatório ou é praça em idade adequada ao início da carreira de oficial, com metade dessas vagas destinada a mulheres nas mesmas condições, como transição para um modelo em que o Serviço Militar seja requisito de ingresso.

» Fim da vedação ao ingresso de mulheres nas armas de combate direto, com cronograma legal de abertura de todas as carreiras militares.

» Criação de uma comissão civil-militar permanente, indicada pelo Ministério da Educação e pelo corpo civil do Ministério da Defesa, para auditar, regular e alinhar os currículos das escolas militares às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

2 Forças Terrestres: “Brasil gasta 1,1% do PIB com Defesa e permanece muito abaixo da média mundial: <https://www.forte.jor.br/2026/08/25/brasil-gasta-11-do-pib-com-defesa-e-permanece-muito-abaixo-da-media-mundial-em-meio-ao-rearmamento-global/>

3 SIPRI: Trends in International Arms Transfers, 2024 (fact sheet): <https://www.sipri.org/publications/2025/sipri-fact-sheets/trends-international-arms-transfers-2024>



DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES E COMBATE À MISOGINIA

As mulheres são a maioria do nosso povo e a força viva que move a classe trabalhadora, mas continuam sendo as primeiras a tombar sob a violência do patriarcado e a exploração do capital, principalmente as mulheres negras. Defender a vida das mulheres não é uma pauta secundária ou abstrata: é uma questão de sobrevivência e o pilar central de qualquer projeto verdadeiramente popular, comunista e revolucionário. Não existe socialismo sem garantir a vida e a integridade de cada mulher trabalhadora, assim como não haverá fim da opressão enquanto as nossas vidas forem tratadas como descartáveis pelo sistema capitalista.

O avanço da extrema-direita e da onda neoconservadora tenta empurrar as mulheres para o silêncio, para a servidão e para a morte, alimentando diariamente o ódio e a violência machista. A vida, o corpo, a saúde e a integridade das mulheres que trabalham não são mercadorias e jamais aceitaremos que sejam sacrificadas no altar do lucro, do

teto de gastos ou do abandono estatal. Na Câmara dos Deputados, nosso mandato não existe para conciliar ou fazer acordos de gabinete: vamos para o confronto direto em defesa da vida das mulheres de Pernambuco, colocando o Estado, a legislação e o orçamento público a serviço do combate inflexível ao machismo e à misoginia.

Eixo 1

PROTEÇÃO DA VIDA E COMBATE INFLEXÍVEL À VIOLÊNCIA MACHISTA

O feminicídio é o ápice trágico da violência machista e o indicador mais cruel do abandono da vida das mulheres trabalhadoras pelo Estado. Pernambuco lidera os índices de violência contra a mulher, e a exploração sexual atinge meninas e jovens nas periferias e no interior. Somente em 2025, foram registrados 186 casos de mortes violentas de mulheres no estado, uma alta de quase 17% em

relação a 2024¹. A resposta do poder público não pode continuar sendo a leniência ou a burocracia. Não aceitaremos que a vida das mulheres pernambucanas seja tratada com descaso: lutaremos pela destinação de verbas federais para a abertura imediata de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) com funcionamento 24 horas em todo o estado. Exigiremos a criação de Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCAs) fora da RMR e a adesão obrigatória dos municípios ao Programa Saúde na Escola para prevenir e combater o abuso sexual infantojuvenil.

Fortaleceremos a Lei Maria da Penha com o monitoramento eletrônico rigoroso dos agressores, cobrando a execução direta do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e substituindo medidas protetivas que existem apenas

¹ Rede de Observatórios da Segurança: boletim "Elas Vivem: a urgência da vida": <https://observatorioseguranca.com.br/>

no papel por casas-abrigo seguras, transporte protegido e redes de autonomia financeira e psicológica que salvem vidas de fato. Defenderemos, no Congresso Nacional, a revogação imediata da Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010), em diálogo e articulação permanente com os movimentos de mães, mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e familiar.

É preciso impedir que esse instrumento seja utilizado

para desacreditar denúncias de violência, afastar crianças de suas mães e proteger agressores, colocando no centro da política de proteção à infância e às mulheres o direito de crianças e adolescentes à convivência segura e livre de violência.

Propostas

» Instalação e funcionamento 24 horas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) no interior de Pernambuco.

» Criação de Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCAs) fora da Região Metropolitana do Recife (RMR).

» Adesão municipal obrigatória ao Programa Saúde na Escola para prevenção e combate ao abuso sexual infantojuvenil.

» Fortalecimento da Lei Maria da Penha com monitoramento eletrônico de agressores e substituição de medidas virtuais por casas-abrigo, transporte protegido e suporte psicológico/financeiro.

» Revogação da Lei de Alienação Parental (Lei nº



12.318/2010) para evitar a descredibilização de denúncias de violência e proteger crianças e mães.

Eixo 2

DEFESA DA VIDA NO SUS, SAÚDE REPRODUTIVA E AUTONOMIA SOBRE O CORPO

Defender a vida das mulheres exige defender um SUS 100% público, gratuito e universal. A entrega da saúde às Organizações Sociais (OSs) e a lógica do lucro precarizam os hospitais e custam vidas nos momentos de maior vulnerabilidade. Exigimos o fim do modelo de privatização via OSs, o encerramento da terceirização e a revogação de qualquer teto de gastos que estrangule a saúde pública. Defendemos a descriminalização do aborto como uma pauta emergencial de defesa da vida e de saúde pública, combatendo retrocessos obscurantistas como o PL 1904/2024 e o PDL 3/2025, pois são as mulheres pobres e negras da classe trabalhadora as que mais morrem por procedimentos inseguros.

Lutaremos pelo acesso universal, humanizado e descentralizado ao aborto legal pelo SUS, cobrando a aplicação integral da Nota Técnica nº 2/2024 do Ministério da Saúde e fortalecendo o Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (LAFEPE) na produção estatal de medicamentos. Enfrentaremos a violência obstétrica para que nenhuma mulher perca a vida no parto, assegurando assistência digna para mulheres

negras, homens trans e pessoas gestantes, o cumprimento da Lei da Laqueadura sem barreiras (Lei nº 14.443/2022) e a oferta de métodos contraceptivos de longa duração pelo SUS (PL 1328/2022).

Propostas

» Defesa do SUS 100% público e encerramento do modelo de privatização e gestão via Organizações Sociais (OSs) e terceirizações.

» Descriminalização do aborto como pauta de saúde pública e enfrentamento de proposições como o PL 1904/2024 e o PDL 3/2025.

» Acesso universal, humanizado e descentralizado ao aborto legal pelo SUS, com cumprimento da Nota Técnica nº 2/2024 do Ministério da Saúde.

» Combate à violência obstétrica, garantia do cumprimento da Lei da Laqueadura sem barreiras (Lei nº 14.443/2022) e oferta de métodos contraceptivos de longa duração (LARC) pelo SUS.

Eixo 3

DIGNIDADE MENSTRUAL, SAÚDE ANTIMONOPOLISTA E PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE

A vida com dignidade exige o acesso irrestrito aos meios básicos de higiene e saúde. A pobreza menstrual afeta diretamente a saúde e a integridade de milhares de estudantes, trabalhadoras informais, mulheres em situação de rua e privadas de

liberdade. Exigiremos a execução plena e descentralizada da Lei de Saúde Menstrual (Lei nº 14.214/2021), garantindo a distribuição gratuita e contínua de absorventes nas escolas públicas, unidades de assistência social e presídios pernambucanos.

Na mesma perspectiva de combate à exploração da saúde das mulheres, atuaremos pela regulamentação do acesso à cannabis medicinal pelo SUS sob uma gestão estritamente pública, estatal e antimonopolista, garantindo que mães atípicas, gestantes e trabalhadoras em tratamento tenham acesso gratuito e seguro a terapias essenciais, impedindo que a dor e a saúde da classe trabalhadora sejam mercantilizadas pela indústria farmacêutica privada.

Propostas

» Execução descentralizada da Lei de Saúde Menstrual (Lei nº 14.214/2021) com distribuição gratuita de absorventes em escolas públicas, unidades de assistência social e presídios.

» Regulamentação do acesso à cannabis medicinal pelo SUS sob gestão 100% pública e antimonopolista para atendimento a mães atípicas, gestantes e trabalhadoras.

Eixo 4

PRESERVAÇÃO DA VIDA NO TRABALHO: Socialização do Cuidado e Direitos Maternais

As jornadas exaustivas e a falta de amparo estatal adoecem e

destroem a vida das mulheres. A divisão desigual do trabalho de cuidado recai sobre as mulheres, que dedicam em média 9,6 horas a mais por semana aos afazeres domésticos do que os homens. Mulheres negras despendem mais horas no trabalho de cuidado não remunerado do que mulheres brancas: cerca de 25 e 23 horas semanais, respectivamente². Tudo isso enquanto ainda enfrentam salários menores, informalidade e sobrecarga mental. Garantir o direito à vida é garantir condições materiais de sustentação e descanso.

Na Câmara dos Deputados, lutaremos pela ampliação da licença-maternidade para 6 meses, garantindo a proteção à saúde do bebê e da mãe com o aleitamento exclusivo recomendado pela OMS, e pela expansão da licença-paternidade para ao menos 4 meses.

Lutaremos por recursos federais para a construção massiva de creches públicas e em tempo integral nas periferias. Fiscalizaremos a Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023), o Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022) e a Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/2024). Exigiremos o cumprimento da Lei Complementar nº 150/2015 em defesa da vida e dos direitos das trabalhadoras domésticas, com apoio aos seus sindicatos, além do investimento

estruturado nos Bancos de Leite Humano.

Propostas

» Ampliação da licença-maternidade para 6 meses e expansão da licença-paternidade para no mínimo 4 meses.

» Destinação de verbas federais para construção massiva de creches públicas em tempo integral nas periferias.

» Fiscalização e cumprimento da Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023), do Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022) e da Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/2024).

» Garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas (LC nº 150/2015) e investimento estrutural nos Bancos de Leite Humano.

Eixo 5

ENFRENTAMENTO À MISOGINIA DIGITAL E ASSISTÊNCIA JURÍDICA POPULAR EM DEFESA DA VIDA

A propagação do ódio contra as mulheres nas redes digitais é o estopim de agressões e feminicídios que se concretizam no cotidiano. O crescimento de canais extremistas da cultura redpill e a disseminação de conteúdos misóginos organizam e legitimam a violência contra as mulheres trabalhadoras.

Na Câmara dos Deputados, atuaremos pelo combate radical à indústria do ódio, pau-

tando uma legislação federal rigorosa para a regulação das plataformas digitais, com a criminalização do discurso misógino e o banimento imediato de conteúdos e redes que incitem agressões de gênero.

Para assegurar que as mulheres periféricas, desempregadas e ameaçadas tenham os meios reais de defender suas vidas e direitos, lutaremos pelo fortalecimento institucional e pela ampliação dos serviços públicos de assistência jurídica gratuita. Atuaremos para garantir o direito à advocacia pública em processos de violência doméstica, trabalhistas e de família, assegurando que a lei seja aplicada para proteger a vida e punir os agressores sem abrandamento ou privilégios, buscaremos a revogação dos dispositivos da Reforma Trabalhista que inibem a ação de trabalhadoras pobres, e a ampliação da assistência judiciária sindical (Lei nº 5.584/1970). Defenderemos a aprovação do PL da Misoginia (PL 896/2023) e sua implementação a partir do fortalecimento de instituições voltadas para investigação de violência de gênero online.

Propostas

» Regulação das plataformas digitais com legislação federal para criminalização do discurso misógino, combate à cultura redpill e banimento de redes que incitem violência de gênero.

» Expansão da assistência jurídica pública e gratuita para mulheres periféricas e ameaçadas em processos de violência doméstica, trabalhistas e de família.

² MADE - Dados do cuidado: correção das informações sobre tempo dedicado aos cuidados não remunerados no Brasil: <https://madeusp.com.br/2026/02/dados-do-cuidado-correcao-das-informacoes-sobre-tempo-dedicado-aos-cuidados-nao-remunerados-no-brasil/>

10



COMBATE AO RACISMO, JUSTIÇA RACIAL E DEFESA DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

O racismo e o colonialismo ainda estruturam o capitalismo no Brasil, mantendo a força de trabalho negra sob superexploração nas periferias e promovendo o ataque sistemático aos povos originários e tradicionais. Em Pernambuco,

terra de resistência de povos indígenas como os Xukuru, Pankararu, Truká, Fulni-ô, Atikum, Kambiwá, Kapinawá, Tuxá, Pankará e Pipipã, bem como de centenas de comunidades quilombolas, a ganância do agronegócio e a especula-

ção imobiliária tentam apagar o direito ancestral à terra e à vida. Dessa forma, entendemos que não existe combate real ao racismo sem reformas agrária e urbana profundas.

Enfrentaremos as raízes da desigualdade, garantindo verbas federais para a demarcação de terras indígenas, a titulação de territórios quilombolas e das demais populações tradicionais, o fortalecimento da nossa cultura, a ampliação de cotas e o combate sem trégua ao racismo institucional.

Eixo 1

DEMARCAÇÃO JÁ, FIM DO MARCO TEMPORAL E PROTEÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO

A terra é a fonte de vida, a comida no prato e a ancestralidade dos povos originários. O nosso mandato estará na linha de frente no Congresso Nacional para enterrar de vez a tese criminosa do Marco Temporal e qualquer tentativa de paralisar as demarcações.



Vamos lutar para recompor o orçamento da FUNAI e do Ministério dos Povos Indígenas, garantindo dinheiro público para concluir a demarcação, homologação e proteção das terras indígenas em Pernambuco, no Sertão, Agreste e Zona da Mata. Portanto, defendemos uma lei federal que puna com rigor as invasões, a grilagem, o garimpo e a contaminação por agrotóxicos, garantindo autonomia indígena de gestão territorial e poder de fiscalização às próprias comunidades.

Propostas

- » Atuação no Congresso pelo fim definitivo da tese do Marco Temporal e pela destituição de entraves às demarcações.
- » Recomposição orçamentária da FUNAI e do Ministério dos Povos Indígenas para conclusão de processos de demarcação, homologação e proteção de terras em Pernambuco.
- » Elaboração de lei federal para punição rigorosa de invasões, grilagem, garimpo e contaminação por agrotóxicos.
- » Garantia de autonomia de gestão territorial e poder fiscalizador direto para as comunidades indígenas.

Eixo 2

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E TITULAÇÃO MASSIVA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Não existe combate ao racis-

mo sem reforma agrária e sem a devolução e titulação das terras aos povos quilombolas. Em Pernambuco, centenas de comunidades enfrentam a morosidade do Estado e a pressão do latifúndio.

Na Câmara dos Deputados, nosso mandato atuará de forma incisiva pela ampliação do orçamento do INCRA e da Fundação Cultural Palmares, garantindo a infraestrutura necessária para acelerar a desapropriação e a titulação definitiva de todos os territórios quilombolas do estado.

Apresentaremos um Projeto de Lei Federal para proibir qualquer grande empreendimento em áreas quilombolas sem o cumprimento rigoroso da Convenção nº 169 da OIT, assegurando o direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado das comunidades. Além disso, lutaremos pela destinação contínua de recursos públicos federais para garantir o acesso universal a serviços essenciais, como saneamento básico, água encanada, energia e infraestrutura, fortalecendo a permanência da população no campo e o incentivo aos seus modos tradicionais de vida e produção.

Propostas

- » Ampliação do orçamento do INCRA e da Fundação Cultural Palmares para acelerar processos de desapropriação e titulação definitiva de terras quilombolas em Pernambuco.
- » Apresentação de Projeto de Lei Federal proibindo grandes

empreendimentos em áreas quilombolas sem a aplicação da Convenção nº 169 da OIT (consulta e consentimento prévio, livre e informado).

- » Destinação contínua de recursos federais para saneamento básico, água encanada, energia e infraestrutura nos territórios quilombolas.

Eixo 3

VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA E INDÍGENA, FESTIVAL ESTADUAL E SALVAGUARDA IMATERIAL

A cultura produzida nos terreiros, quilombos, aldeias e periferias pernambucanas é a alma do nosso país, mas segue marginalizada e sem o amparo que merece. Nosso mandato atuará para direcionar e garantir o repasse efetivo de recursos federais de mecanismos como a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc, fazendo com que o fomento chegue diretamente à ponta: aos mestres e mestras do maracatu, afoxés, coco, ciranda, toré e à cultura hip-hop.

Propomos a criação do Festival Estadual da Cultura Negra e dos Povos Originários de Pernambuco, financiado com recursos da União. A iniciativa busca estruturar um circuito cultural permanente para que artistas e lideranças tradicionais apresentem suas manifestações com infraestrutura adequada, respeito institucional e remuneração digna.

Para além da lógica exclusiva dos editais e da concorrência

burocrática, defenderemos o fortalecimento da subvenção direta à cultura popular. Isso será feito por meio da ampliação e consolidação da política dos Pontos de Cultura, assegurando orçamentos contínuos para que os fazedores eazedoras de cultura possam manter suas comunidades ativas, preservando suas tradições com estabilidade e dignidade.

Propostas

» Garantia do repasse direto e desburocratizado de recursos federais (Lei Paulo Gustavo, Política Nacional Aldir Blanc) aos mestres de maracatu, afoxés, coco, ciranda, toré, movimento hip-hop, etc.

» Criação do Festival Estadual da Cultura Negra e dos Povos Originários de Pernambuco com recursos da União.

» Consolidação da subvenção direta à cultura popular via ampliação do programa Pontos de Cultura, superando a dependência exclusiva de editais.

Eixo 4

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA, SAÚDE INDÍGENA (Sesai) E CUMPRIMENTO DAS LEIS no 10.639/03 E no 11.645/08

Educação e saúde públicas precisam respeitar a história e a realidade de quem usa o serviço. Lutaremos pelo fortalecimento da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e dos distritos de saúde (DSEI)

em Pernambuco, garantindo médicos, saneamento nas aldeias e respeito à medicina tradicional.

Na educação, vamos exigir o cumprimento real das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 nas escolas, condicionando verbas

do Fundeb à implementação da educação escolar indígena e quilombola, à formação antirracista de professores e à compra de livros e materiais produzidos por autores negros e indígenas. Defenderemos também a expansão das cotas na pós-graduação e nos concursos para professores das universidades federais.



Propostas

- » Fortalecimento da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e dos DSEIs em Pernambuco, com garantia de profissionais, saneamento nas aldeias e respeito à medicina tradicional.
- » Condicionamento de repasses do Fundeb ao cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08, à formação antirracista de professores e ao ensino escolar indígena e quilombola.
- » Expansão de cotas para negros e indígenas na pós-graduação e em concursos para docentes das universidades federais.

Eixo 5

TOLERÂNCIA ZERO AO RACISMO INSTITUCIONAL E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE ESTADO

O racismo do Estado se mostra no tratamento truculento nas abordagens policiais e na omissão do serviço público com a população negra e periférica. Vamos propor o agravamento das penas para crimes de racismo praticados por agentes públicos no exercício da função, com perda imediata do cargo. Exigiremos a criação de Ouvidorias Externas e Independentes, geridas pelo povo e movimentos sociais, para apurar denúncias em postos de saúde, delegacias e órgãos públicos. Reafirmamos o combate às abordagens policiais seletivas que usam a cor da pele como critério de suspeita e o fim das operações

violentas que tiram a vida da juventude negra e dos protetores das águas e das florestas em Pernambuco.

Propostas

- » Proposição de agravamento de pena e perda imediata do cargo para agentes públicos praticantes de crimes de racismo no exercício da função.
- » Criação de Ouvidorias Externas e Independentes geridas por movimentos sociais para apuração de denúncias em órgãos públicos, delegacias e postos de saúde.
- » Fim de abordagens policiais baseadas em perfilamento racial e interrupção de operações letais em periferias e territórios tradicionais.

Eixo 6

LIBERDADE DE CRENÇA PARA O POVO: COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO E DEFESA DO ESTADO LAICO

A liberdade religiosa é um direito fundamental garantido pela Constituição. Toda pessoa tem o direito de professar sua fé, praticar suas tradições religiosas ou não seguir qualquer religião, sem sofrer discriminação, violência ou perseguição. Apesar disso, a intolerância religiosa continua crescendo no Brasil. Em 2024, foram registradas 2.472 denúncias, um aumento de 66,8% em relação ao ano anterior¹. Entre as principais

vítimas estão praticantes de religiões de matriz africana, que historicamente enfrentam preconceito, violência e violações de direitos.

O avanço dos discursos de ódio e da violência religiosa exige uma atuação firme do poder público. Defenderemos campanhas permanentes de combate à intolerância, ações educativas nas escolas e equipamentos públicos, fortalecimento dos canais de denúncia e acolhimento às vítimas, além da promoção do diálogo entre diferentes comunidades de fé.

Entendemos que também é fundamental proteger e valorizar as tradições religiosas, especialmente aquelas historicamente vítimas do preconceito e do racismo religioso, garantindo espaços de participação social para o debate sobre liberdade religiosa e direitos humanos. As Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, mas seguem letra morta: 71% das secretarias municipais de educação ouvidas em pesquisa do Geledés e do Instituto Alana desenvolvem pouca ou nenhuma ação para cumpri-las².

Reconhecer essas tradições é garantir a elas o chão e os meios de existir. Mas na prática, a desproteção é escancarada: em todo o Brasil, apenas

¹ Agência Brasil: Crescimento da intolerância religiosa: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-01/intolerancia-religiosa-disque-100-registra-24-mil-casos-em-2024>

² Instituto Geledés: Lei 10.639/03 na prática: experiências de seis municípios no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: <https://www.geledes.org.br/geledes-e-alana-lancam-pesquisa-sobre-municipios-que-colocam-a-lei-10-639-03-em-pratica/>

11 terreiros são tombados pelo IPHAN, apenas um em Pernambuco. O terreiro é também polo de produção de cultura, é parte fundamental da identidade pernambucana: o maracatu, o afoxé, o coco, a ciranda, o toque de Jurema, a indumentária, a culinária de axé e as festas que fazem a cultura popular do nosso estado nasceram e se reproduzem dentro das casas de santo, que sustentam tudo isso do próprio bolso, enquanto a lógica dos editais as exclui com exigência de CNPJ, projeto em linguagem técnica e prestação de contas incompatível com a realidade de uma comunidade tradicional.

Nosso mandato será uma trincheira dos povos de terreiro e de todas as comunidades perseguidas no Congresso Nacional. Vamos combater frontalmente o PL nº 1804/15, que cria uma licença legal para o racismo ao excluir sermões, pregações e “orientação religiosa” do alcance da Lei do Racismo, na prática, blindando o púlpito que prega a intolerância. Defenderemos o cumprimento integral da Lei nº 14.532/2023, que equiparou a injúria racial ao crime de racismo. Lutaremos pela laicidade real do Estado, contra o ensino religioso confessional na escola pública e contra a apropriação de recursos e isenções públicas por impérios religiosos empresariais.

Propostas

» Enfrentamento e derrubada do PL nº 1804/15, que exclui sermões, pregações e cultos do alcance da Lei do Racismo (Lei nº 7.716/89),

e de toda proposta que crie imunidade religiosa para o discurso de ódio.

» Aprovação do PL nº 4.046/2025, garantindo o reconhecimento previdenciário de yalorixás, babalorixás, zeladores e zeladoras de santo e mestres e mestras de Jurema como ministros de culto para fins de contribuição e aposentadoria.

» Condicionamento de repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública à criação de delegacias e núcleos especializados no combate ao racismo religioso e à formação antirracista obrigatória das polícias de Pernambuco.

» Destinação de recursos federais para o tombamento, a salvaguarda e a reconstrução dos terreiros históricos e das casas atacadas em Pernambuco, com acesso direto e desburocratizado das casas de santo às políticas de patrimônio e cultura.

» Reconhecimento dos terreiros como territórios tradicionais para fins de proteção territorial, com enfrentamento à expulsão de casas de santo por facções e milícias e inclusão das lideranças de terreiro ameaçadas no Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

» Combate ao antissemitismo, à islamofobia e a toda forma de perseguição por crença ou descrença, com responsabilização das plataformas digitais pela circulação organizada de discurso de ódio religioso.

» Defesa do Estado laico, com o fim do ensino religioso confessional nas escolas públicas, transparência e revisão das isenções fiscais concedidas a organizações religiosas empresariais e enfrentamento a projetos que imponham dogma religioso sobre a saúde, a educação e os direitos do povo.

» Reconhecimento dos terreiros como polos de produção cultural, com acesso direto e desburocratizado aos recursos federais de cultura (Política Nacional Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo, Pontos de Cultura) por subvenção direta, cadastro simplificado e dispensa de exigência de CNPJ e de formatação técnica de projeto.

» Fomento continuado à produção cultural dos terreiros em todas as suas dimensões: ritmos, danças, indumentária, culinária, artesanato, festas e tradições orais, com remuneração digna de mestres e mestras.

» Aplicação efetiva das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, com financiamento próprio, formação continuada de professores, produção de material didático por autoras e autores negros e indígenas e fiscalização real do cumprimento.

» Criação de um programa federal de regularização fundiária dos territórios de terreiro, com titulação definitiva em nome das comunidades e das famílias de santo, assistência jurídica gratuita e isenção de custas cartoriais.

11



DEFESA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

A violência e a exclusão da população LGBTQIA+, com peso ainda mais cruel sobre pessoas trans e travestis, são frutos diretos da exploração capitalista. No Grande Recife

e no interior de Pernambuco, a falta de emprego, moradia e saúde empurra a maioria das pessoas trans para a extrema vulnerabilidade e a violência. O Brasil é um

dos países que mais matam pessoas trans no mundo. Em 2025, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) contabilizou 80 pessoas trans e travestis assas-



DEPUTADO FEDERAL
Jones
MANOEL
5050

sinadas no país¹. No mesmo ano, o Grupo Gay da Bahia registrou 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, cerca de uma a cada 34 horas. Pernambuco aparece em sexto lugar nesse ranking nacional².

Na Câmara dos Deputados, nosso mandato defenderá de forma intransigente a vida, o trabalho e a autonomia da população LGBTQIA+. Rejeitamos a pauta liberal de fachada: vamos lutar por leis federais e orçamento público para garantir direitos materiais reais e permanentes para quem vive na periferia.

Eixo 1

SAÚDE INTEGRAL, DESCENTRALIZADA E ACESSO UNIVERSAL AO SUS

O debate sobre saúde LGBTQIA+ no Brasil foi historicamente reduzido às infecções sexualmente transmissíveis, herança direta do modo como o Estado tratou a epidemia de aids nos anos 1980: a população LGBTQIA+ como vetor de risco, nunca como sujeito de direito. São décadas de estigmas e preconceitos que inviabilizam as necessidades básicas de atendimento de saúde deste grupo. A exemplo do Relatório Técnico da

Agenda Mais SUS³, publicado em 2023 pelo IEPS (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde), pela ONG Umane e pelo Instituto Vereda, o qual identificou que 40% das mulheres lésbicas não revelam a orientação sexual ao procurar um serviço de saúde.

Mesmo após publicação da Portaria SAES/MS nº 1.693, de 2024, que extingue a restrição por sexo de 271 procedimentos do SUS, entre eles mamografia, ultrassonografia pélvica e transvaginal, consulta pré-natal, colposcopia, biópsia de colo uterino e ultrassonografia de próstata, o direito à saúde para pessoas trans e travestis é frequentemente negado por filas de espera desumanas, pelo afunilamento dos serviços nos grandes centros urbanos e pelo despreparo e preconceito de profissionais nos atendimentos.

Nosso mandato cobrará o cumprimento efetivo da portaria e enfrentará a barreira que ela não derruba, que é o preconceito no atendimento. Exigiremos formação obrigatória e continuada das equipes da atenção básica, condicionando repasses federais ao seu cumprimento, apresentaremos projetos de lei e emendas ao orçamento federal da saúde para impor a descentralização do processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), expandindo o atendimento para além das capitais e garantindo que o acolhimento multiprofissional e o início

da hormonioterapia ocorram diretamente na atenção básica dos municípios do interior.

Exigiremos a revisão completa das diretrizes nacionais do processo transexualizador com base nos acúmulos e demandas dos movimentos sociais trans. Atuaremos para que o Ministério da Saúde estabeleça o teto de preços e o fornecimento gratuito e contínuo nas farmácias populares dos hormônios e bloqueadores hormonais mais modernos, barrando o abuso da indústria farmacêutica e garantindo insumos atualizados para a transição com dignidade e segurança.

Também reconhecemos como o conjunto de violência, marginalização e invisibilidade que a população LGBTQIA+ sofre cotidianamente tem um impacto direto na saúde mental dessa população. A própria dificuldade em se acessar informações sobre a saúde mental da população é uma consequência direta desses processos. Mesmo escassas, as pesquisas sobre o tema demonstram como a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero têm uma estreita relação com os desfechos negativos na saúde mental de pessoas LGBTQIA+, incluindo, entre outros, sintomas de estresse psicológico, ideação suicida, ansiedade e depressão⁴.

Na Câmara dos Deputados,

1 ANTRA Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025 (PDF): <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf>

2 Grupo Gay da Bahia Release "Mortes Violentas de LGBT+ 2025" (PDF oficial): <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2026/01/RELEASE-Mortes-Violentas-de-LGBT%5EM%5EJ-2025-GGB.pdf>

3 Agenda + Sus; Disponível em: <https://agendamaissus.org.br/todos-os-documentos/>

4 População LGBTQIA+: diversidade, direitos e acesso a serviços de saúde no Brasil: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/populacao-lgbtqia-diversidade-direitos-e-acesso-servicos-de-saude-no-brasil>

defenderemos uma política nacional de saúde mental para a população LGBTQIA+ dentro da lógica antimanicomial e do SUS 100% público, articulada aos CAPS e à atenção básica, e não terceirizada a clínicas privadas ou a comunidades terapêuticas de matriz religiosa. E seremos fortemente contra qualquer prática de “terapia de conversão” e toda tentativa de repatologizar a orientação sexual e a identidade de gênero.

Propostas

» Formação obrigatória e continuada das equipes da atenção básica para o atendimento de mulheres lésbicas e bissexuais, homens trans e pessoas não binárias, com repasses federais condicionados ao seu cumprimento.

» Fiscalização do cumprimento integral da Portaria SAES/MS nº 1.693/2024, garantindo acesso efetivo de pessoas trans, travestis e não binárias a todos os procedimentos ginecológicos e urológicos do SUS.

» Apresentação de projetos de lei e emendas ao orçamento federal para descentralizar o processo transexualizador do SUS para o interior.

» Garantia de acolhimento multiprofissional e início da hormonioterapia diretamente na atenção básica dos municípios.

» Revisão completa das diretrizes nacionais do processo transexualizador com participação dos movimentos sociais trans.

» Definição de teto de preços e garantia de fornecimento gratuito e contínuo de hormônios e bloqueadores hormonais modernos nas farmácias populares.

» Criação de linha de cuidado em saúde mental LGBTQIA+ no SUS, articulada aos CAPS e à atenção básica, sob gestão 100% pública e na perspectiva antimanicomial.

» Financiamento federal de programas de prevenção ao suicídio com recorte LGBTQIA+, articulados às escolas e aos equipamentos de assistência social.

Eixo 2

EMPREGABILIDADE DIGNA, COMBATE À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O capitalismo impõe a exclusão sistemática de pessoas trans e travestis do mercado formal de trabalho, confinando-as à informalidade e à precarização. Propomos a criação de legislação federal que vincule os incentivos fiscais, empréstimos do BNDES e contratos de licitação com a União a metas obrigatórias de contratação e permanência de pessoas trans e travestis com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas garantidos.

Defenderemos a revogação da reforma trabalhista e a erradicação da pejotização, pois a juventude LGBTQIA+ é a principal vítima do subemprego e das plataformas de aplicativo sem proteção social. Pautaremos a implementação

de programas públicos de qualificação profissional e de acesso ao trabalho voltados à inserção de travestis e pessoas trans em situação de vulnerabilidade no Grande Recife e no interior.

Propostas

» Criação de legislação federal vinculando incentivos fiscais, financiamentos do BNDES e licitações da União a metas obrigatórias de contratação e permanência de pessoas trans e travestis com carteira assinada.

» Revogação da reforma trabalhista e combate à pejotização e à precarização em plataformas de aplicativo.

» Implementação de programas públicos de qualificação profissional e inserção no mercado para travestis e pessoas trans em situação de vulnerabilidade.

» Reserva de vagas para travestis e pessoas trans em todos os concursos e seleções simplificadas custeados com recurso federal, por autodeclaração e com vedação expressa a exigências patologizantes.

Eixo 3

ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA INSTITUCIONAL, REGISTRO DE DADOS E SEGURANÇA PÚBLICA

A impunidade da violência motiva o ciclo perpétuo de agressões contra a população LGBTQIA+. Propomos a aprovação do Estatuto da Diversidade para consolidar

em lei federal as decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a criminalização da LGBTfobia, a equiparação ao crime de racismo e o direito ao casamento civil e à adoção, impedindo retrocessos legislativos de bancadas reacionárias.

Exigiremos, por lei federal, a padronização dos sistemas de segurança pública de todos os estados, tornando obrigatória a inclusão dos campos de identidade de gênero, orientação sexual e motivação por LGBTfobia em todos os Boletins de Ocorrência policial. Sem dados oficiais consolidados, o Estado invisibiliza a violência. Condicionaremos os repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública à criação de delegacias especializadas com

atendimento humanizado 24 horas e ao treinamento obrigatório contra a discriminação na abordagem policial.

Propostas

» Aprovação do Estatuto da Diversidade para consolidar em lei federal a criminalização da LGBTfobia (equiparada ao crime de racismo), o casamento civil e o direito à adoção.

» Obrigatoriedade legal de inclusão dos campos de identidade de gênero, orientação sexual e motivação por LGBTfobia em todos os Boletins de Ocorrência policial do país.

» Condicionamento de repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública à criação

de delegacias especializadas 24 horas e ao treinamento obrigatório de agentes de segurança.

Eixo 4

MORADIA DIGNA, ACOLHIMENTO POPULAR E COMBATE A EXPULSÃO FAMILIAR

A expulsão de casa na juventude é a principal porta de entrada para a extrema pobreza e a vulnerabilidade da população trans e jovem LGBTQIA+. Defendemos a destinação de verbas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para o financiamento público de Casas de Acolhimento e Autonomia Popular voltadas a pessoas LGBTQIA+ em situação de



rua ou de violência doméstica na Região Metropolitana do Recife e nos polos regionais de Pernambuco. Lutaremos por diretrizes no programa nacional de moradia que garantam cotas habitacionais para travestis, pessoas trans e famílias monoparentais ou chefiadas por pessoas LGBTQIA+ periféricas, enfrentando a especulação imobiliária com moradia pública, gratuita e bem localizada.

Propostas

» Destinação de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para financiamento público de Casas de Acolhimento e Autonomia Popular.

» Fixação de cotas habitacionais nos programas nacionais de moradia para travestis, pessoas trans e famílias monoparentais ou chefiadas por pessoas LGBTQIA+ periféricas.

Eixo 5

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, RESPEITO À IDENTIDADE DE GÊNERO E DIGNIDADE ESCOLAR

A escola deve ser um espaço livre de preconceito, violência e evasão forçada. Atuaremos na Câmara dos Deputados para garantir que os repasses do Fundeb fiquem condicionados à implementação do uso imediato e sem burocracia do nome social em toda a rede de ensino pública e privada, bem como na emissão de documentos oficiais. Defendemos o combate às tentativas de censura peda-

gógica e o cumprimento de diretrizes educacionais que abordem a diversidade de gênero e sexualidade, formando cidadãos conscientes e docentes capacitados. Financiaremos, via emendas e projetos de lei, políticas de permanência estudantil específicas e cotas reservadas nas universidades e institutos federais pernambucanos para assegurar que a juventude trans conclua o ensino superior e a pós-graduação.

Propostas

» Condicionamento de repasses do Fundeb ao uso imediato e sem burocracia do nome social na rede de ensino pública, privada e em documentos oficiais.

» Combate à censura pedagógica e garantia de diretrizes educacionais sobre diversidade de gênero e sexualidade.

» Alocação de recursos para políticas de permanência estudantil e reserva de cotas nas universidades e institutos federais pernambucanos para a população trans.

Eixo 6

CULTURA, PRODUÇÃO CULTURAL E TRABALHO ARTÍSTICO LGBTQIA+

A produção cultural é uma das poucas frentes de trabalho e de sobrevivência aberta à população LGBTQIA+. A cena drag do Recife, os blocos de carnaval, os coletivos de música e performance e a Parada da Diversidade de Pernambuco produzem renda, ocupam território e organizam comu-

nidades. Mas o trabalho e a cultura LGBTQIA+ precisam ser enxergados para além dos períodos festivos, superando o sentimento generalizado de “entretenimento descartável”.

Na Câmara dos Deputados, lutaremos para que o recurso federal da cultura chegue à ponta com recorte obrigatório e destino garantido. Defenderemos cota mínima para artistas e coletivos LGBTQIA+ nos editais de cultura e da Política Nacional Aldir Blanc, e condicionamento dos repasses à interiorização do fomento, para que o dinheiro não pare na Região Metropolitana. Pautaremos o reconhecimento da arte drag e das linguagens dissidentes como trabalho artístico, com piso de cachê, contrato e critérios de registro profissional.

Propostas

» Reserva de vagas para artistas e coletivos LGBTQIA+ nos editais de cultura custeados com recurso federal.

» Inclusão obrigatória da autodeclaração de orientação sexual e identidade de gênero nos editais e sistemas de informação da cultura.

» Obrigatoriedade legal de distribuição regional dos recursos da Lei Rouanet e do financiamento do BNDES à cultura, com interiorização do fomento em Pernambuco.

» Destinação de percentual mínimo dos recursos federais de cultura à subvenção direta de grupos, coletivos e mestres da cultura local, via Pontos de Cultura.



REFORMA AGRÁRIA, COMBATE À GRILAGEM E À VIOLÊNCIA NO CAMPO

O Brasil foi fundado na invasão e no roubo das terras dos povos originários para formação dos latifúndios e na negação do acesso à terra para as populações escravizadas. Desde então, a história do nosso país e de Pernambuco é também a história da luta pela terra. Da Guerra dos Cabanos e do Quilombo dos Palmares às Ligas Camponesas e às greves que reuniram milhares de trabalhadores canavieiros na Zona da Mata, na década de 1980, a história do nosso estado está marcada pela luta das populações oprimidas pelo direito à terra e ao território.

Apesar disso, a concentração fundiária permaneceu intocada no país, sustentada pela omissão do Estado e pela violência latifundiária. Cerca de 1% dos maiores imóveis rurais (propriedades com mais de mil hectares) concentram quase a metade de toda a área agrícola do país (cerca de 47% do território rural), conforme dados oficiais do Censo

Agropecuário do IBGE¹.

Nosso mandato será um firme defensor da luta das comunidades camponesas e do povo sem-terra, atuando pela real efetivação da Reforma Agrária no Brasil, o combate à grilagem e à violência no campo, em todas as suas formas de manifestação, e o fortalecimento da agricultura camponesa.

Eixo 1

REFORMA AGRÁRIA E FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

Embora a Constituição estabeleça expressamente que compete à União desapropriar por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel que não cumprir a sua função social, o que vemos na prática é que a concentração fundiária no Brasil nunca foi realmente alterada. Mais do que isso, o

¹ IBGE Censo Agropecuário 2017 (resultados definitivos, tabelas por estrato de área): <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>

que observamos nos últimos anos do governo Lula foi um progressivo deslocamento da pauta da desapropriação para a política de negociação da compra das terras dos latifundiários, estratégia que acaba servindo mais para atender aos interesses do agronegócio do que às reivindicações das comunidades camponesas.

Nosso mandato assumirá o compromisso de retomar de forma firme a bandeira da Reforma Agrária, entendendo-a como uma política estruturante que garante justiça social, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional, trabalho, moradia, dignidade e proteção dos territórios. Exigiremos a desapropriação de todos os latifúndios improdutivos que cometem crimes ambientais e trabalhistas. Defenderemos, dentro do Programa Terra da Gente, a imediata aquisição de terras de proprietários que tenham dívidas com a União.

Lutaremos por um orçamento para o INCRA que seja compatível com a execução

da Reforma Agrária e por um orçamento para o Ministério do Desenvolvimento Agrário que não seja capturado pelos interesses do agronegócio. Por fim, lutaremos também pela regulamentação do art. 243 da Constituição Federal, que prevê a expropriação de imóveis urbanos e rurais em que for constatada a exploração de trabalho em condições análogas às de escravidão, para que os imóveis rurais expropriados sejam destinados à Reforma Agrária.

Propostas

- » Retomada e centralidade da Reforma Agrária como política estruturante para soberania alimentar, justiça social e proteção dos territórios.
- » Expropriação e desapropriação prioritária de latifúndios improdutivos ou que cometam crimes ambientais e trabalhistas.
- » Aquisição imediata pelo Programa Terra da Gente de terras de proprietários em débito com a União.
- » Garantia de orçamento adequado para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- » Regulamentação do art. 243 da Constituição Federal para expropriação, sem indenização, de terras com trabalho análogo à escravidão e sua destinação imediata à Reforma Agrária.

Eixo 2

COMBATE À GRILAGEM DE TERRAS

A concentração fundiária no Brasil existe e é mantida, em grande medida, pela grilagem de terras, que nada mais é do que a apropriação ilegal de terras públicas por fazendeiros e grupos econômicos. Essa prática se dá de diferentes formas: falseamento de documentos para dar-lhes aparência de serem antigos; fraude em registros de imóveis nos cartórios; entre outras. Esse roubo de terras públicas é facilitado pela falta de controle do Estado sobre o seu próprio patrimônio.

Não existem estatísticas sistematizadas sobre quantas e quais terras foram incorporadas ao patrimônio público; quantos títulos foram expedidos a particulares; para quem; qual seu tamanho; ou onde ficam as áreas que se incorporaram ao patrimônio particular. A situação é descrita até mesmo por órgãos públicos como um verdadeiro caos fundiário, que acontece de forma proposital.

Para combater o caos fundiário e a grilagem, nosso mandato defenderá a criação de uma política que integre as diferentes bases documentais e espaciais já existentes, no sentido de sistematizar as informações relativas aos imóveis rurais e permitir uma interoperabilidade entre sistemas, cadastros e plataformas de diferentes órgãos. A “pirataria fundiária” se beneficia da ausência de informações relativas à localização e utilização de milhões de hectares de terras devolutas.

Vamos lutar pela criação de um cronograma de arrecada-

ção dessas terras públicas, definidas legalmente como terras devolutas, para que sejam destinadas ao reconhecimento de territórios tradicionais e à criação de assentamentos de reforma agrária, em conformidade com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e com o artigo 188 da Constituição Federal.

Propostas

- » Criação de uma política integrada de dados documentais e espaciais para sistematizar e cruzar informações sobre imóveis rurais em órgãos públicos e cartórios.
- » Superação do caos fundiário e combate à apropriação ilegal de terras devolutas e patrimônio público.
- » Definição de cronograma para arrecadação de terras públicas e devolutas.
- » Destinação das terras arrecadadas para o reconhecimento de territórios tradicionais e criação de assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), conforme o art. 188 da Constituição Federal.

Eixo 3

COMBATE À VIOLÊNCIA E AO TRABALHO ESCRAVO NO CAMPO

Dados do caderno Conflitos no Campo Brasil 2025, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apontam que ocorreram 1.593 conflitos, assim distribuídos: 1.286 conflitos por terra, 159 casos de trabalho análogo à escravidão

rural, 148 conflitos por água, envolvendo quase 1 milhão de pessoas em todo o país. No mesmo período, o número de assassinatos no campo dobrou em relação a 2024, chegando a 26 vítimas². Muitas lideranças das comunidades envolvidas nesses conflitos estão inseridas nos Programas de Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

² Comissão Pastoral da Terra: caderno "Conflitos no Campo Brasil 2025": <https://cptnacional.org.br/caderno/conflitos-no-campo-brasil-2025/>

A violência se materializa nos municípios onde estão os territórios e atinge todas as pessoas sem exceção, mas especialmente crianças, jovens, pessoas idosas e mulheres. Por isso, no processo de luta dos povos, enfrentar e superar a violência no campo só será possível a partir da articulação e unidade das várias frentes de resistência e na defesa da vida.

Nosso mandato assume o compromisso de combate

à violência no campo e em defesa da vida em primeiro lugar. Vamos atuar pela implementação plena do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, aprovado em 2025. Ainda, vamos atuar para garantir mais recursos para o fortalecimento das



DEPUTADO
FEDERAL

Jones
MANOEL

5050



políticas de combate ao trabalho análogo à escravidão, pela ampliação do quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho e fortalecimento dos Grupos de Fiscalização Móvel de combate ao trabalho escravo.

Propostas

- » Implementação integral e efetiva do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.
- » Fortalecimento orçamentário para o combate ao trabalho análogo à escravidão.
- » Ampliação do quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho por meio de novos concursos públicos e convocação imediata do cadastro de reserva do concurso mais recente.
- » Reestruturação e fortalecimento dos Grupos de Fiscalização Móvel para combate direto ao trabalho escravo no campo.

Eixo 4

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA CAMPONESA

Enquanto o agronegócio só produz commodities para exportação, com uma massiva destruição da sociobiodiversidade dos biomas como a Caatinga, o Cerrado e a Amazônia, são os povos do campo (assentados e assentadas da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, sem-terra, comunidades posseiras e tantas outras categorias camponesas) que garantem

parcela significativa da produção de alimentos consumidos pela população brasileira, preservam a biodiversidade, fortalecem economias locais e mantêm vivas práticas culturais e conhecimentos fundamentais para a soberania alimentar e para a construção de um futuro de dignidade e fartura para quem vive na cidade e no campo.

Nosso mandato atuará de forma incisiva para acabar com a farra dos subsídios e das isenções fiscais concedidas ao agronegócio, redirecionando o apoio estatal para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. Faremos o enfrentamento direto contra os privilégios do latifúndio, lutando pela revogação da Lei Kandir, que isenta as grandes corporações do agronegócio de pagarem impostos sobre a exportação de commodities, esvaziando as arrecadações públicas em detrimento do povo.

Na Câmara dos Deputados, pautaremos o investimento massivo na transição agroecológica e na democratização da produção de alimentos saudáveis. Defenderemos a garantia de mercado e a soberania alimentar por meio da ampliação do orçamento e do acesso aos programas de compras públicas de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Atuaremos também pelo desenvolvimento de políticas públicas voltadas à mecanização e à oferta de tecnologias apro-

priadas à escala da agricultura familiar, além da implementação de ações estruturantes que assegurem a autonomia econômica, a proteção social e a participação política das trabalhadoras rurais.

Por fim, lutaremos pela criação de condições reais para a permanência da juventude no campo, garantindo acesso universal à educação contextualizada, cultura, comunicação, trabalho digno e perspectivas reais de futuro.

Propostas

- » Fim dos subsídios e isenções fiscais ao agronegócio exportador, com redirecionamento de apoio e recursos públicos para a agricultura familiar e camponesa.
- » Revogação da Lei Kandir para encerrar a isenção de impostos sobre a exportação de commodities.
- » Investimento massivo na transição agroecológica e na produção de alimentos saudáveis para o mercado interno.
- » Ampliação do orçamento e do acesso aos programas de compras públicas de alimentos, como PAA e PNAE.
- » Oferta de tecnologias apropriadas, mecanização para a escala familiar e fomento à autonomia econômica das mulheres rurais.
- » Garantia de condições de permanência para a juventude no campo, com acesso a trabalho digno, cultura, comunicação e educação contextualizada.



QUESTÃO AMBIENTAL E O ENFRENTAMENTO À CRISE CLIMÁTICA

A crise climática que enfrentamos hoje é consequência de um modelo econômico calçado na exploração sem fim da natureza, dos trabalhadores e dos seres vivos que habitam nosso planeta, com uma demanda infinita por terras, matéria e energia. Os efeitos do aquecimento global, cuja temperatura média recentemente ultrapassou os 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, são sentidos em todo o território nacional¹.

Seja nos campos, nas cidades ou nas florestas, a crise climática se faz presente pela intensificação recorrente de eventos climáticos extremos, pelo aumento do nível do mar, pela alteração nos regimes de chuva e seca, e pelas ondas de calor.

Em Pernambuco, a acentuação das chuvas no litoral e o

avanço da desertificação no semiárido, com secas prolongadas, produzem danos que atingem um contingente cada vez maior de pessoas e territórios. Nosso mandato não irá negligenciar a urgência em combater as causas e efeitos da crise climática, entendendo que esses fenômenos, além de biofísicos, são políticos, econômicos e sociais.

Eixo 1

DESMATAMENTO, AGRONEGÓCIO E ENERGIA

No Brasil, o agronegócio é o principal responsável pelas emissões de gases de efeito estufa, devido à agropecuária e ao desmatamento, sendo seguido pelos setores energético, industrial e de resíduos². Lutaremos contra o avanço da fronteira agropecuária e das fazendas eólicas e solares no sertão pernambucano, além de fortalecer a permanência

das comunidades tradicionais e camponesas que são sufocadas pelo agronegócio e pelos megaprojetos (mineração, Suape, etc.).

Articularemos a revogação de incentivos fiscais aos agrotóxicos que agravam o aquecimento global e contaminam nossa terra, comida e nosso povo. Atuaremos pela derrubada da Nova Lei do Licenciamento Ambiental (o PL da Devastação) e de qualquer iniciativa que flexibilize regulações sobre desmatamento e degradação ambiental em favor de megaprojetos.

Defendemos a substituição coordenada dos combustíveis fósseis por matrizes energéticas com baixas emissões de CO₂, mas problematizamos o processo corrente que se intitula “Transição Energética”. A nossa proposta de substituição energética reconhece a urgência por uma Transição Ecológica popular, com desestímulos às matrizes fósseis, entende a energia como um direito, luta pelo fim da pobreza energética, prioriza

¹ Agência Gov “Temperatura média do planeta rompe limite de 1,5°C em 2024, apontam centros meteorológicos”: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202501/temperatura-media-do-planeta-rompe-limite-de-1-5degc-em-2024-apontam-centros-meteorologicos>

² SEEG / Observatório do Clima: Relatório Analítico das Emissões de GEE do Brasil (PDF) <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2026/03/SEEG13-relatorio-analitico-BR.pdf>

o diálogo com comunidades afetadas por projetos de renováveis e movimentos sociais, e não adere à expansão descontrolada de fazendas eólicas, solares ou de hidrelétricas que apenas se somam à expansão das matrizes fósseis.

Portanto, defenderemos também a reestatização da Eletrobras como uma pauta central, acompanhada pela realização de um novo Plano Nacional de Energia que seja baseado nas demandas concretas do povo brasileiro e coloque em questão a destinação de energia para megaprojetos que só servem aos interesses dos capitalistas e dos países imperialistas.

Propostas

- » Combate ao avanço da fronteira agropecuária e das fazendas eólicas e solares sobre territórios do Sertão pernambucano.
- » Defesa da permanência e proteção de comunidades tradicionais e camponesas impactadas pelo agronegócio e megaprojetos (mineração, Suape).
- » Revogação de incentivos fiscais para agrotóxicos e atuação contra a Nova Lei do Licenciamento Ambiental (“PL da Devastação”).
- » Promoção de uma Transição Ecológica popular, com redução gradativa de fósseis, combate à pobreza energética e priorização das comunidades afetadas.
- » Reestatização da Eletrobras e elaboração de um novo

Plano Nacional de Energia voltado ao interesse público e não a corporações multinacionais.

» Criação de um limite máximo para a soma dos agrotóxicos detectados na água potável, conforme recomendação da Fiocruz.

Eixo 2

IMPACTOS E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Sabemos que a intensificação das chuvas no litoral, somada à negligência pública, provoca alagamentos, deslizamentos e perdas em regiões periféricas do estado. Vamos atuar para direcionar verba pública de infraestrutura para a adaptação climática territorial, como obras de contenção de encostas e morros, drenagens em centros urbanos e recuperação de manguezais.

Apoiaremos a criação de equipes técnicas de Adaptação com participação popular para monitorar e prever desastres, além de viabilizar um apoio financeiro às famílias afetadas. Também fortaleceremos a agricultura urbana e as estratégias de enfrentamento próprias dos territórios. No sertão, o processo de desertificação da Caatinga tem raízes na monocultura, no desmatamento, na mineração e na poluição hídrica.

Esse processo é acelerado por secas cada vez mais extremas devido à crise climática, gerando a degradação dos ecossistemas e a perda da fertilidade do solo. Vamos lutar pelo fortalecimento das

políticas de “convivência com o semiárido”, articuladas com o enfrentamento ao agronegócio e aos megaprojetos que destroem a sociobiodiversidade da Caatinga.

Instrumentos de base popular que partem do paradigma da “convivência com o semiárido” e buscam o “recaatingamento”, como as cisternas-calçadão na captura e manejo da água, os quintais produtivos e usos comunitários da terra, são reconhecidos como mecanismos necessários na regeneração do bioma e essenciais no enfrentamento da crise climática. Lutaremos também pela aprovação da PEC nº 504/2010, que declara os biomas Cerrado e Caatinga como Patrimônios do Brasil, e do PL nº 2842/2024, para criar a Política Nacional de Proteção de Rios e o Sistema Nacional de Rios de Proteção Permanente (SNRPP). O que sobrou da Mata Atlântica em Pernambuco, concentrada em APAs de regeneração, também está sob constante ameaça em sua biodiversidade e presença hídrica, assim como os sistemas costeiro-marinhos.

Enfrentaremos as tentativas de instalação de empreendimentos nessas áreas, como a iminente construção da Escola de Sargentos na APA Aldeia Beberibe, impulsionando a restauração de matas ciliares e da vegetação nativa e a proteção de nascentes e pequenos rios, a fim de aliviar a sensação térmica das cidades, aprimorar o abastecimento hídrico e recompor um dos biomas mais sociobiodiversos do mundo.

Propostas

» Direcionamento de verbas federais de infraestrutura para adaptação climática em periferias (contenção de encostas, drenagem urbana e recuperação de manguezais).

» Criação de equipes técnicas de Adaptação com controle popular para previsão de desastres e apoio financeiro às famílias atingidas.

» Fortalecimento de políticas de “convivência com o semiárido” e do “recaatingamento” (cisternas-calçadão, quintais produtivos e uso comunitário da terra).

» Aprovação da PEC 504 (Caatinga e Cerrado como Patrimônios do Brasil) e do PL 2842/2024 (Política Nacional de Proteção de Rios - SNRPP).

» Bloqueio de grandes empreendimentos em áreas de preservação na Mata Atlântica e zonas costeiras (ex.: veto à construção da Escola de Sargentos na APA Aldeia Beberibe).

» Reconstituição de matas ciliares, preservação de nascentes e recuperação do ecossistema costeiro-marinho em Pernambuco.





DEFESA DOS ANIMAIS E SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA

A lógica capitalista de produção molda a forma como os animais são tratados na sociedade, a partir de uma perspectiva de mercado: são insumos que podem ser descartados a qualquer momento. Isso vale para as linhas de abate do agronegócio, nos criadouros clandestinos que produzem filhotes em série, nas carroças que sustentam a sobrevivência de famílias empobrecidas e nas ruas, onde se acumulam os animais abandonados por quem nunca teve acesso a castração, vacina ou atendimento veterinário.

O número de animais nas ruas cresce, faltam políticas efetivas de castração, acolhimento e adoção, e quem está na linha de frente também precisa de estrutura e valorização. Levantamento do Instituto Pet Brasil, divulgado em 2025, estima que em 2024 existiam 4,8 milhões de cães e gatos vivendo em situação de vulnerabilidade no país¹. Em 2026, o Supremo Tribunal

Federal reconheceu que os municípios têm o dever de adotar medidas efetivas para o acolhimento de cães e gatos abandonados ou vítimas de maus-tratos, e que o Judiciário pode determinar a implementação dessas políticas diante da omissão do poder público².

Nesse contexto, entendemos que é importante tratar da causa animal a partir de uma perspectiva de saúde pública, por meio de hospitais e clínicas veterinárias públicas, concursos para médicos-veterinários e zootecnistas, abrigos e campanhas permanentes de castração e adoção e da valorização dos profissionais que atuam diretamente com os animais.

Eixo 1

SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA, “SUS

2 Jus Animalis: “STF consolida entendimento sobre dever de municípios em proteger animais abandonados”: <https://jusanimalis.com.br/noticias/stf-consolida-entendimento-sobre-dever-de-municipios-em-protger-animais-abandonados>

ANIMAL” E CONTROLE POPULACIONAL

A responsabilidade dos municípios sobre a proteção de animais abandonados ou vítimas de maus-tratos representa um avanço nas políticas de saúde animal. Contudo, compreendemos que pequenos municípios podem enfrentar dificuldades orçamentárias para destinar recursos necessários para implementação e manutenção da política, por isso, defenderemos a criação de um sistema único de saúde animal, com marco legal nacional nos moldes da Lei Orgânica da Saúde e repasses automáticos fundo a fundo entre União, estados e municípios. Lutaremos pela reestruturação e pelo financiamento federal do Hospital Veterinário do Recife, com laboratório próprio, raio-X digital, ultrassonografia, centros cirúrgicos e leitos de internação e UTI 24 horas. Combateremos a criação clandestina de fundo de quintal, que opera sem qualquer fiscalização genealógica ou veterinária e submete matrizes a gestações

1 Instituto Pet Brasil Anuário Pet: <https://petmed.com.br/AnuarioIPB.pdf>

sucessivas até o esgotamento. Essa prática gera filhotes com anomalias genéticas severas, descartados assim que deixam de ser lucrativos.

Propostas

» Criação de um sistema úni-

co de saúde animal, com marco legal nacional nos moldes da Lei Orgânica da Saúde e financiamento tripartite, com repasses automáticos fundo a fundo entre União, estados e municípios.

» Reestruturação e financia-

mento federal do Hospital Veterinário do Recife e construção de hospitais veterinários públicos regionais por consórcios intermunicipais, com atendimento 100% público e gratuito.

» Interiorização do atendi-



**A GENTE LÁ PARA
REVOLUCIONAR!**

mento, com frotas de castamóvel e postos avançados no Sertão, no Agreste e na Zona da Mata, e prioridade para animais comunitários, resgatados e tutelados por famílias do CadÚnico.

» Proibição da reprodução e da comercialização caseira de animais sem registro genealógico e sanitário e apreensão de matrizes em criadouros irregulares.

» Erradicação da tração animal urbana, com inclusão social garantida aos carroceiros por meio de microcrédito subsidiado, qualificação e renda.

Eixo 2

VALORIZAÇÃO DO TRABALHO VETERINÁRIO E COMBATE À MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE ANIMAL

A medicina veterinária é extremamente importante para o controle de zoonoses, para inspeção sanitária dos alimentos e para o atendimento clínico e cirúrgico de animais de portes variados. Entendemos que a proteção animal passa necessariamente pela valorização dos profissionais que atuam na linha de frente dessa atividade.

A categoria de profissionais da Medicina Veterinária está diariamente exposta a riscos físicos e sanitários, plantões exaustivos e enorme desgaste físico e psicológico. Por isso, entendemos a necessidade de fortalecer a luta da categoria por proteção e condições dignas de trabalho, valoriza-

ção profissional, adicional de insalubridade, aposentadoria especial e redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

Enquanto o Brasil se destaca por ter a maior quantidade de cursos de medicina veterinária no mundo, com 580 cursos autorizados³, a qualidade dos programas segue sendo questionada pela própria classe. São programas privados, sem hospital-escola e sem compromisso com a qualidade da formação e que têm servido como mecanismos de precarização da classe. No outro extremo, grandes redes e planos de saúde pet barateiam a consulta, concentram o faturamento em procedimentos e sustentam o modelo rebaixando a remuneração e a autonomia dos profissionais. Além disso, fiscais agropecuários relatam ameaças e perseguição quando expõem irregularidades e casos de contaminação em alimentos.

Diante desse contexto, defendemos a valorização da classe veterinária, apoiaremos o PL nº 1748/2022, que fixa o piso salarial da categoria com jornada de 30 horas semanais, e defenderemos a emenda apresentada pelo LuteVet, que vincula a remuneração dos plantões avulsos ao valor da hora do piso, com adicional de insalubridade de 20% a 40%, adicional noturno e pagamento integral das horas

3 CRMV-SP “Diagnóstico do CFMV sobre a qualidade dos cursos de Medicina Veterinária apresenta cenário preocupante”: <https://crmvsp.gov.br/diagnostico-do-cfmv-sobre-a-qualidade-dos-cursos-de-medicina-veterinaria-apresenta-cenario-preocupante/>

excedentes, vedada a contratação abaixo do piso por pejo-tização irregular ou contrato informal.

Propostas

» Apoio à construção de sindicatos laborais autônomos na categoria, com proteção contra perseguição a dirigentes, e realização de concursos públicos estatutários com plano de cargos e carreiras na saúde animal.

» Regulação rigorosa da abertura de novos cursos privados de medicina veterinária, condicionada a critérios de qualidade e hospital-escola, e ampliação de vagas nas universidades públicas.

» Regulação pública dos planos de saúde animal e das redes de clínicas, com proibição de metas comerciais que subordinem a decisão clínica ao faturamento.

» Ampliação dos quadros de fiscais agropecuários por concurso público, proteção legal contra retaliação a quem denuncia e defesa da inspeção sanitária pública contra o autocontrole das empresas do agronegócio.

» Apoio a propostas que garantam condições dignas de trabalho na medicina veterinária, como repouso efetivo nos plantões, local próprio de descanso e alimentação, número mínimo de profissionais por animal internado e atenção obrigatória à saúde mental, além da garantia de pagamentos de plantões conforme o piso e com adicionais pertinentes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou as principais diretrizes e propostas que irão guiar nosso mandato na Câmara dos Deputados entre 2027 e 2030. Consolidamos as demandas mais urgentes da população pernambucana e brasileira, conscientes de que a luta não se encerra nestas páginas. As necessidades da classe trabalhadora e dos setores historicamente oprimidos do nosso povo são extensas e precisam ser defendidas com firmeza nos espaços de poder e decisão. É a esse trabalho que nos comprometemos.

Ao longo destas páginas assumimos compromissos que não são negociáveis: o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 30h semanais, sem redução de salários; a revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária; o transporte como direito, com Tarifa Zero e a estatização do Metrô do Recife; um SUS 100% estatal, sem OSs e sem terceirização; a reconstrução e

a autonomia das universidades e institutos federais; a reforma agrária e a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas; a defesa incondicional da vida das mulheres, da população negra e da população LGBTQIA+; a soberania sobre as nossas riquezas; e o enfrentamento à crise climática a partir dos interesses de quem vive do próprio trabalho.

Nosso programa, portanto, segue aberto às críticas, às contribuições e às novas demandas que surgirem ao longo do caminho.



DEPUTADO FEDERAL
Jones
MANOEL

5050





TEMOS FOME DE FUTURO



ACOMPANHE
NOSSAS REDES



linktr.ee/jonesmanoel



jonesmanoel2026.com.br



DEPUTADO
FEDERAL



**Jones
MANOEL**

5050

A GENTE LÁ PARA REVOLUCIONAR!

